



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

GABRIELA ATAÍDE DE OLIVEIRA

ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA: O CASO DO POVOADO DE ARRAIAL
NO INTERIOR DO MARANHÃO

Rio de Janeiro
2024

**ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA:
O CASO DO POVOADO DE ARRAIAL NO INTERIOR DO MARANHÃO**

GABRIELA ATAÍDE DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia

Rio de Janeiro
2024

Al18e ATAIDE DE OLIVEIRA, GABRIELA
 ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA
 ESCASSEZ DA ÁGUA: O CASO DO POVOADO DE ARRAIAL NO
 INTERIOR DO MARANHÃO / GABRIELA ATAIDE DE
 OLIVEIRA. -- Rio de Janeiro, 2024.
 97 f.

 Orientador: RICARDO LOPES CORREIA.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

 1. ESCASSEZ DA AGUA. 2. AUTOGESTAO. 3.
EMANCIPAÇÃO. 4. PARTICIPAÇÃO. I. LOPES CORREIA,
RICARDO , orient. II. Título.

GABRIELA ATAÍDE DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS LOCAIS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA:
O CASO DO POVOADO DE ARRAIAL NO INTERIOR DO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Gustavo Mendes (efetivo)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Gabriel Sena Jardim (efetivo)
Universidade do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dra. Luciana Rett (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Celso Avelar (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

AGRADECIMENTO

Eu penso neste momento que tem mais de 5 anos, e nesta caminhada preciso obrigatoriamente agradecer ao meu companheiro, marido, amigo Edward Infolaja que me encorajou desde o dia para poder hoje estar em celebração.

Além disso, como uma pessoa de fé, agradeço ao Meus Orixás e a força de meu Ori. Ori firme foi fundamental para minha caminhada!

Agradeço imensamente as pessoas que encontrei no caminho, pessoas que me admiro e seguraram minha mão, cabeça, tudo! Gabriela Mendes, minha querida parceira de desabafos e Jéssica Coelho, por tanta inteligência e foco no que deseja!

Muito obrigada a minha mãe, Maria Arlete, que está comigo desde sempre!

Agradeço também a todos os povoados rurais que percorri em minha vida! Vocês transformaram minhas vivencias! Ajudaram a despertar meu anseio pela pesquisa e por maior respeito aos direitos dos povos tradicionais!

E para finalizar, um agradecimento muito especial ao meu Orientador Ricardo que encorajou e respeitou meus limites. Torço para que todos tenham a chance de conhecer esse seu poder de ensinar e escutar. Obrigada por muito!

APRESENTAÇÃO

Quem nunca passou por uma encruzilhada não sabe escolher caminhos.

Nego Bispo

Sou Gabriela, e tive uma longa jornada acadêmica buscando preencher lacunas para o mercado de trabalho. Estudei em universidades públicas federais, inclusive buscando cursos que atendessem minha carga horária de trabalho e assim estudei a noite na Unirio, onde cursei Arquivologia; em paralelo ingressei no Serviço Social e por fim cursei Administração.

Assim, me tornei uma profissional, dita como generalista, e bem distante da veia acadêmica, na qual se tornou um grande tabu em minha vida.

Foi em 2014, quando assumi a função de gestora de projetos socioambientais que algo me despertou. Nesta função, me mantive em viagens para diálogo e mobilização para projetos com comunidades tradicionais (ribeirinhos, caiçaras, pescadores, quilombolas, indígenas) e assim conheci quase todo o Brasil.

O mundo se abriu para o conhecimento tradicional, saber local! O conflito aumentou também, pois esta minha posição de gestora de projetos é vestindo a camisa de mineradora, entretanto com a vantagem de ser o que eles chamam de “o contraponto do relacionamento comunitário”, pois minha função era de mediadora entre os interesses da comunidade e do capital.

O Norte e o Nordeste brasileiros foram territoriais educativos para minha formação quanto pessoa e profissional. Tive experiências incríveis que propiciaram estabelecimento de vínculos que ultrapassaram os limites da minha empreitada profissional.

De certa forma, ser uma mulher negra em territórios onde a minha imagem se assemelha com a maioria minorizada, facilitou a existência da ligação afetiva com cada grupo que estive trabalhando projetos socioambientais.

O Maranhão foi o estado que a conexão foi fluida, e percorrer por mais de 20 comunidades rurais e tradicionais possibilitaram que eu observasse a heterogeneidade em cada território, por mais que muitos tivessem percursos e vivências similares.

O povoado de Arraial, no interior do Maranhão, sediado no município de Vitória do Mearim, se destacou em minhas caminhadas por se posicionar de forma mais crítica as investidas da Mineradora Vale por projetos sociais. Localizado a beira do Rio Mearim e vizinho de algumas comunidades tradicionais “beneficiadas” com programas sociais da Vale, preferiu

traçar estratégias que não fragilizassem a autonomia dos moradores, tendo o acesso e consumo de água a maior problemática vivida por eles.

Caminhando pelo povoado por mais de 2 anos, ficou perceptível que os moradores do povoado buscavam mais que projetos sociais para melhorias de condições de vida, mas sim, iniciativas que não diluíssem a sua identidade. O Rio Mearim é o elo entre os moradores do povoado potencializando a necessidade de sua preservação e o cerne de permanência no território.

A preocupação em traçar a sua própria trajetória, mesmo pressionado por um grande empreendimento e desfalcados do poder público, foi determinante para o despertar desta pesquisa.

Desta forma, dedico este estudo para registrar e identificar quais são as estratégias locais destes moradores para enfrentar a escassez da água apropriada para consumo, mas me distanciando de falar de ferramentas e tecnologias que dialogassem com saneamento, ou grandes aparatos técnicos, e sim sobre aspectos psicossociais que revelam um pouco da história do Povoado de Arraial.

RESUMO

Oliveira, Gabriela Ataíde de. **Estratégias locais para o enfrentamento da escassez da água: O Caso do Povoado de Arraial no interior do Maranhão.** 2024. 78f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta dissertação explora as relações sociais de um povoado rural no interior do Maranhão que em prol do enfrentamento da escassez da água para consumo humano e doméstico se estruturam em busca de alternativas e soluções com base no saber local. Utilizando a lente da psicossociologia, a pesquisa se debruça sobre como os processos psicossociais influenciam-na formação e desenvolvimento das comunidades, como o processo de conscientização, senso de pertencimento, participação, territorialidade e a autogestão para garantir o acesso a água com qualidade, tendo as águas do rio o seu bem comum. Trata-se de um estudo qualitativo utilizando o método observação participante com conversas direcionadas e a produção audiovisual. Ambas as ferramentas metodológicas tiveram como objetivo extrair das situações e interações dos indivíduos o melhor entendimento do contexto e as dinâmicas sociais e culturais envolvidas. O tratamento dos dados se deu por meio de procedimentos da abordagem de análise de conteúdo. Enquanto resultados, duas categorias foram identificadas: a água- o bem comum que organiza o cotidiano, apresenta um histórico das construções e vivências do povo e como a relação do cotidiano com a organização social de uma comunidade é fundamental, pois as interações diárias, as normas e as expectativas moldam a dinâmica da estrutura social de Arraial que tem a água como o seu principal ativo regulador das relações. A segunda categoria, a importância da participação consciente e da territorialidade para estratégias comunitárias para o enfrentamento da escassez da água, apresenta a relação de territorialidade e participação como elementos que costuram a estratégia de acesso à água tendo a autogestão o modelo alternativo.

Palavras-chave: Autogestão. Cotidiano. Princípio da Comum. Gestão Comunitária da Água .

ABSTRACT

Oliveira, Gabriela Ataíde of. **Local strategies for dealing with water scarcity: The Case of the Arraial Village in the interior of Maranhão.** 2024.78f. Dissertation (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Federal University of Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This dissertation explores the social relations of a rural village in the interior of Maranhão that in order to tackle the shortage of water for human and household consumption are structured in search of alternatives and solutions based on local knowledge. Using the lens of psychosociology, the research looks at how psychosocial processes influence the formation and development of communities, such as the process of awareness, sense of belonging, participation, territoriality and self-management to ensure access to water with quality, having river waters their common good. It is a qualitative study using the participatory observation method with directed conversations and audiovisual production. Both methodological tools aimed to extract from the situations and interactions of individuals a better understanding of the context and the social and cultural dynamics involved. The processing of the data was done through procedures of the content analysis approach. As results, two categories were identified: water - the common good that organizes the everyday life, presents a history of the constructions and experiences of the people and how the relationship of the daily life with the social organization of a community is fundamental, because the daily interactions, norms and expectations shape the dynamics of the social structure of Arraial that has water as its main regulating asset of relationships. The second category, the importance of conscious participation and territoriality for community strategies to deal with water scarcity, presents the relationship of territoriality and participation as elements that sew the strategy of access to water having self-management the alternative model.

Keywords: Self-management. Everyday. Common Principle. Community Water Management

LISTA DE FIGURAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1: Municípios impactados pelo corredor Logístico da Vale | 12 |
| Figura 2: Nível de envolvimento da comunidade,..... | 19 |
| Figura 3: Mapa do trecho..... | 39 |
| Figura 4: Boi Bumba da festa tradicional maranhense no município de Vitória do Mearim.. | 40 |
| Figura 5: Cheia do Rio Mearim no povoado de Arraial | 41 |
| Figura 6: Parada de Trem, Estação Vitória do Mearim..... | 42 |
| Figura 7: Sistema de distribuição de água localizado em Arraial. | 64 |
| Figura 8: Cisterna de captação da água da chuva do povoado de Caçoada, vizinho de Arraial | 64 |
| Figura 9: Poço artesiano | 65 |
| Figura 10: Dona Aldenira se apoiando no sistema de água do povoado..... | 66 |
| Figura 11: Dona Sandra higienização do filtro..... | 68 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1: Caracterização dos estudos incluídos na pesquisa de revisão. | 28 |
| Quadro 2: planejamento de coleta de dados | 43 |
| Quadro 3: Participantes da pesquisa..... | 45 |
| Quadro 4: Categorias | 51 |
| Quadro 5: Categoria Intermediária | 52 |
| Quadro 6: Segunda Categoria Intermediária | 53 |
| Quadro 7: Terceira categoria intermediária..... | 54 |
| Quadro 8: Processo de Interpretação | 54 |
| Quadro 9: Correlação dos 8 princípios de Ostrom e o Povoado de Arraial | 60 |

LISTA DE ABREVIATURAS

FUNASA- Fundo Nacional de Saúde

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPMA- Ministério Público Maranhão

RCLE - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 11 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROBLEMA DA ÁGUA..... | 14 |
| 2.2 PARTICIPAÇÃO E CONSCIÊNCIA: CAMINHO EMANCIPATÓRIO | 15 |
| 2.3 COTIDIANO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL | 21 |
| 2.4 CONVERGÊNCIA TEORIA DO COMUM E TERRITORIALIDADE..... | 22 |
| 3.5 AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA DA ÁGUA E A TEORIA DO COMUM | 24 |
| 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 27 |
| 4. DOS OBJETIVOS AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 37 |
| 4.1 OBJETIVO GERAL | 37 |
| 4.1.2 Objetivos específicos..... | 37 |
| 4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 37 |
| 4.3.1 Local de Pesquisa | 39 |
| 4.3.2 Produção de Dados | 43 |
| 4.3.3 Participantes da Pesquisa..... | 45 |
| 4.3.4 Pesquisa Documental..... | 46 |
| 4.3.5 Procedimentos éticos da pesquisa | 47 |
| 4.3.6 Análise dos dados | 48 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 55 |
| 5.1. A ÁGUA - O BEM COMUM QUE ORGANIZA O COTIDIANO | 55 |
| 5.2. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE E DA TERRITORIALIDADE PARA ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA | 61 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 70 |
| REFERÊNCIAS | 75 |
| ANEXOS | 78 |

1. INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro é uma região que sofre com a seca e enfrenta desafios no acesso à água. Em 2019, segundo estudo do IBGE, apenas 69% da população dessa Região contava com abastecimento de água diário. Já em 11,6% dos domicílios eram abastecidos entre quatro e seis dias na semana. Outros 14,2% tinham água apenas três vezes na semana e 25,8% sequer possuíam acesso à rede.

É a região que mais identificamos o incremento de alternativas e tecnologias sociais para acesso à água. Um grande exemplo são as cisternas de captação de água da chuva que foi um projeto social que impactou positivamente milhares de famílias no semiárido. Neste estudo, Vitória do Mearim é o município que está localizado no povoado Arraial, distante pelo menos 300 km da Capital do Maranhão, São Luís.

Possui o clima tropical úmido, com chuvas concentradas entre dezembro a abril, sendo assim não é uma região como sofre a seca, mas ainda assim se destaca negativamente como uma região que sofre com a falta de infraestrutura para acessar a água. Durante o período colonial e parte da época imperial, rios, riachos, fontes e poços eram os principais lugares onde a população buscava água para as suas necessidades cotidianas no Maranhão.

Mas, a priorização das áreas urbanizadas, onde se concentra o poder político e econômico, em detrimento das regiões rurais e periféricas, resultou em um cenário de disparidades socioeconômicas e sanitárias que persiste até hoje (Feitosa, Pinheiro 2017).

Falando em poder, um dos grandes empreendimentos na região maranhense é a mineração, representada pela Vale S/a. A mineradora atua por meio de corredor logístico, que abrangem a Estrada de Ferro Carajás, EFC, e o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís.

São 900 km de extensão cruzando 23 municípios maranhenses, e dezenas de comunidades rurais (ITV,2020).

Figura 1: Municípios impactados pelo corredor Logístico da Vale



Fonte: Autora (2024)

Além do tráfego de minérios, a EFC também é principal meio de locomoção intermunicipal para os moradores da região, e acabou se tornando um importante corredor logístico para os povoados ao seu redor, e na maioria das vezes o único transporte de massa para as comunidades mais distantes dos grandes centros.

Vitória do Mearim é um dos municípios de relacionamento com dezenas de comunidades que se relacionam com Vale devido ao impacto da malha ferroviária em seus territórios, ou devido às ações voluntárias da mineradora. Este relacionamento da mineradora é uma forma de controlar, identificar e monitorar o nível de criticidade com o empreendimento

O povoado de Arraiá, localizado neste município, é um extrato das condições das localidades espalhadas no interior brasileiro que desconhecem um sistema de saneamento, e assim os moradores priorizam suas moradias próximas aos rios com a expectativa de garantir acesso facilitado a água para seu consumo doméstico; para práticas agrícolas; possibilitada de da pesca artesanal e locomoção.

Entretanto, a crença de que morar na beira do rio garante o acesso à água para consumo doméstico e seguro é uma falácia que esconde as complexas realidades socioeconômicas e ambientais que afetam milhões de pessoas ao redor do mundo.

Diversos fatores, como a poluição, faltam de educação ambiental, a falta de infraestrutura ou projetos que não cabem na realidade local, além da centralidade de investimentos nas capitais.

E por isso, esta é a localidade que é cerne deste estudo que tem como questão direcionadora: Que estratégias uma comunidade rural no interior do Maranhão, traça para manter o acesso a água apropriada para consumo?

Neste percurso é identificado que fatores como conscientização, participação, autogestão são elementos característicos do no dia a dia do povoado, que estrutura seu cotidiano

com práticas para melhoria da qualidade da água, e organizados conforme a sazonalidade de cheias do Rio Mearim.

O estudo se justifica por ser uma forma de registrar as estratégias de atuação de uma comunidade, que se emancipa por entender que o Estado e os atores externos, especialmente os grandes empreendimentos, não dialogam para a estruturação de sistemas que estejam alinhados com as expectativas locais.

Para alcançar o objetivo, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza participativa que permitirá a compreensão de fenômenos por meio do comportamento do objeto de estudo - estratégias locais para enfrentamento da escassez da água.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTERDISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NO PROBLEMA DA ÁGUA

O problema com saneamento básico não é novidade no Brasil. Entre os anos 1877 e 1879, a chamada “Grande Seca” foi responsável pela escassez de água na região nordeste, causando a morte de milhares de pessoas. Mesmo depois de anos, o Brasil enfrenta o gargalo do acesso à água de forma equânime para todos, causados por fatores naturais, históricos e principalmente políticos. Quanto maior a distância dos grandes centros de poder, maiores são os desafios para acessar a água de forma segura.

Desta forma a temática relacionada a estratégias para acesso a água sobretudo em comunidades rurais é bastante discutida em diversos campos do saber, como no Direito, Ecologia Política, Psicologia, Antropologia, Sociologia, Psicologia Social onde os estudos estão no âmbito da justiça social, direitos humanos, saber local e tecnologias sociais.

Já em estudos técnicos, os dados giram em torno da aplicação de tecnologias; precificação da água, sistemas de saneamento e governança, especialmente quando o direito à água se torna uma discussão prioritária com o novo marco regulatório da água, onde o recurso se aproxima cada vez mais a um ativo mercantil.

Este estudo não se ocupa em conhecer as tecnologias que permitem o acesso à água, e sim em entender o cotidiano comunitário pautado na defesa da garantia da água com melhor acesso e qualidade nas residências.

Sendo assim, o referencial teórico da pesquisa é composto por autores de diferentes áreas do conhecimento, mas que conversem com a transdisciplinaridade da Psicossociologia de comunidades e ecologia social latino-americana que permitiu uma construção de um terreno teórico e metodológico no estudo das influências que as relações sociais, econômicas e políticas exercem nos grupos e comunidades. A transdisciplinaridade deste estudo permitirá a integração de conhecimentos e abordagens de diferentes disciplinas a fim de compreender de forma mais abrangente os fenômenos sociais e psicológicos do ambiente observado.

Como resultado, foi o encontro de uma maioria de autores latino-americanos que não pactuam numa psicossociologia (de comunidades e ecologia social) hegemônica - que expressa uma ciência definida por aqueles que dispõem de poder econômico - é a base para um mergulho na compreensão das formações e desenvolvimento do comportamento de grupos, comunidades, povoados que afloram mundo afora.

2.2 PARTICIPAÇÃO E CONSCIÊNCIA: CAMINHO EMANCIPATÓRIO

A pedagogia da libertação de Paulo Freire e a psicologia da libertação de Ignacio Martín-Baró se encontram por compartilharem o compromisso a libertação dos oprimidos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ambos pensadores difundem a importância da visão crítica da realidade local; a centralidade do sujeito na transformação social; a valorização da educação como instrumento de conscientização e transformação e compromisso com a justiça social e a libertação dos oprimidos e desta forma são fundamentais para reflexão sobre comunidades rurais que afastadas dos grandes centros urbanos e das estruturas de poder, continuam resistindo em prol da permanência digna em seus territórios e traçando estratégias de enfrentamento da escassez.

O tema da conscientização é corrente na obra de Paulo Freire, pois ele trata o ser humano como um ser da práxis como ação- reflexão. Freire define consciência como “apoderar-se da realidade” (Freire, 1979a, p.99), em outras palavras: a conscientização é a ação pela qual o homem se aproxima criticamente da realidade e age sobre essa realidade. A definição vai ao encontro do estágio evolutivo de Arraial sobre suas estratégias e formas de organização social para enfrentamento de uma causa comum; importante para o resgate histórico para justificar os motivadores de ocupação territorial e para o despertar do senso de pertencimento. Estes pontos que levanto, partem de minhas observações iniciais de campo.

Todos nós estamos envolvidos em um processo permanente de conscientização, em tantos seres pensantes em relação dialética com uma realidade objetiva sobre a qual atuamos. O que varia no tempo e no espaço são os conteúdos, os métodos e os objetivos da conscientização. Sua fonte original é aquele ponto longínquo no tempo que Teilhard de Chardin denomina “hominização”, quando os seres humanos vieram a ser capazes de revelar sua realidade ativa, conhecendo-a e compreendendo o que conheciam (Freire, 1990, p. 169, aspas no original)

Paulo Freire apresenta o conceito de conscientização como pilar de seus estudos sobre a educação e o aplica como um elemento indissolúvel ao processo de aprendizagem. O homem, que inicialmente, ocupa uma posição inocente diante a realidade que o cerca, então, ao adotar uma posição crítica, chega à conscientização.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. [...] O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a "desvela" para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (Freire, 1979, p. 15).

Em Pedagogia como prática da liberdade, Paulo Freire afirma que “sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória” (Freire, 1967, p. 56).

Freire categorizou em 3 tipos para justificar os níveis de conscientização em fases. São elas: as sociedades fechadas, as sociedades abertas e as sociedades em transição. E cada uma delas um tipo de consciência: a consciência semi - intransitiva, e transitiva ingênua e a transitiva crítica (Freire, 1979).

Uma sociedade fechada a sua consciência é considerada semi- intransitiva, pois se caracteriza pela centralização dos interesses em torno em formas mais vegetativas da vida, podemos dizer que é uma sociedade marcada pela inexperiência democrática, e pelo antidiálogo, além disso há uma aptidão conformismo e à passividade, e a explicação para os fenômenos é naturalizada ou atribuída a instâncias superiores.

Predomina, o que Freire chama de cultura do silêncio, e desta forma não é mobilização social, não há organização mínima para ampliação e garantias de direitos (Freire, 1979). À medida que o poder de captação, compreensão de respostas, questionamento e poder de dialogação aumenta, a consciência é caracterizada como transitiva. Nesta fase as indagações, inquietações e interesses vão além do que é facilmente tangível.

A transitividade crítica é voltada para a responsabilidade social e política, se caracteriza pela profundidade na interpretação dos problemas, na prática do diálogo ao invés da polêmica, pela receptividade ao novo, não recusando o velho.

Corroborando para as discussões e teorias sobre o processo de desenvolvimento da conscientização, o psicólogo Salvadorenho, Martín Baró, foi pioneiro ao confrontar a forma que a psicologia serve à massa hegemônica. Um de seus grandes legados destaca na formulação de um projeto que tem o conceito de ideologia como eixo central, mas que não deixa de desassociar sobre o processo de conscientização

consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. (Martín- Baró, 2001).

Para o psicólogo, a consciência alienada que impede o apoderamento da realidade das classes dominadas é reflexo negativo fomentado pela ideologia. Como dado de contexto histórico, ele reforça que a colonização contribuiu para construção de um povo subalternizado. A alienação se efetiva à medida que os dominados assumem como valores, as ações e práticas sociais da classe dominante. Com isso cria-se uma naturalização dos modos de vida cotidiano no presente imposto e da mediação das relações sociais pela lógica do capital.

Mediante essas reflexões que Martín- Baró (2012) se inspira na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire e reivindica a conscientização como uma forma de promover a

desalienação e a transformação social. Em suma, a ideologia fomenta nas classes dominadas uma consciência alienada e barreiras psicossociais que dificultam o desenvolvimento, a transformação e a emancipação.

Os dois pensadores, Freire e Martin-Baró, discutem com similaridade a concepção da conscientização como processo crítico de inserção na história, no qual o indivíduo assume o papel de sujeito, protagonista e atuante.

Outro aspecto importante, é a Participação como componente fundamental para a construção de soluções e estratégias para a manutenção dos interesses comunitários. Segundo Freire (1996), a participação ativa dos indivíduos na construção de suas realidades sociais é fundamental para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática

Em geral, não existe participação sem consciência. A participação é um processo ativo, que sugere o envolvimento das pessoas em atividades ou decisões que afetam suas vidas. A consciência é a capacidade de compreender e perceber o mundo ao nosso redor. Para que as pessoas possam agir de forma eficaz, elas precisam estar cientes das ferramentas e recursos disponíveis. Isso pode ser feito através da organização, da mobilização e da ação.

Participação é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos, como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc. (Gohn, 2001, p.14).

Em O futuro da democracia, Bobbio define o regime democrático como um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. Desta forma, só por uma análise conceitual, é possível entender que Participação está ligada intimamente com democracia.

Segundo Souza (2004) a participação como princípio da democracia, constitui-se como direito de todos os indivíduos. Diante disso, não pode privilegiar grupos; precisa acontecer sem limitações ou restrições, podendo assumir diversos níveis, como em escolas, em associações, espaços culturais, família. Bordenave (1983) constata que nos últimos anos é perceptível o interesse aumentado pela participação em todos os segmentos.

De acordo com este autor, nos setores progressistas, a participação facilita crescimentos da consciência crítica da população, fortalece poder de reivindicação e prepara para adquirir mais poder na sociedade” (Diaz Bordenave, 1983, p. 12). O comunicador dedica uma obra, com título “O que é Participação” , para esmiuçar o conceito.

Assim define que a participação pode ser ativa ou passiva se constitui como uma necessidade fundamental dos indivíduos, sendo inerente à natureza social do ser humano, acaba

por se tornar um “caminho para o homem exprimir sua tendência de realizar, de fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (Diaz Bordenave, 1983, p. 16).

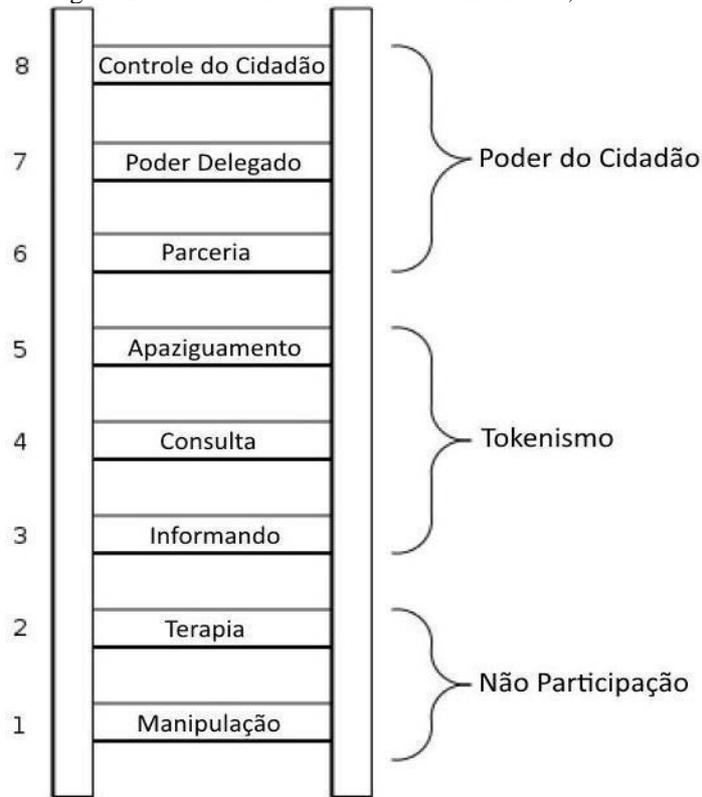
. Perseguindo a importância da participação para essência da Democracia, Sherryl Arnstein¹ defendeu suas teorias sobre participação cidadã. Em seu artigo intitulado “A ladder of citizen participation” , traduzido no português como “ A escada da participação cidadã” , ela aponta os limites da democracia representativa e suas formas e funcionamento por meio da participação dos cidadãos nas tomadas de decisões e os reflexos na comunidade.

Participação, na visão de Arnstein (1969) é a estratégia de redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e econômicos serem ativamente incluídos como participantes do planejamento do seu futuro. De forma didática, Sherryl Arnstein, em seu artigo “A Escada da Participação Cidadã ” explica o conceito de participação. Cada degrau representa um nível de envolvimento da comunidade, e quanto mais alto o degrau, mais poder para tomada de decisão é dado aos membros da comunidade.

Participação, na visão de Arnstein (1969) é a estratégia de redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e econômicos serem ativamente incluídos como participantes do planejamento do seu futuro. De forma didática, Sherryl Arnstein, em seu artigo “A Escada da Participação Cidadã” explica o conceito de participação. Cada degrau representa um nível de envolvimento da comunidade, e quanto mais alto o degrau, mais poder para tomada de decisão é dado aos membros da comunidade.

¹ [1] Trabalhou como consultora sênior em participação popular junto ao Ministério da Habitação e desenvolvimento Urbano dos EUA; assessorou o Conselho Federal de Proteção ao Jovem em Situação de Risco; quando escreveu este artigo trabalhava como Diretora de Estudos Comunitários do instituto não-governamental de pesquisa The Commons; foi Diretora Executiva da American Association of Colleges of Osteopathic Medicine; faleceu em 1997.

Figura 2: Nível de envolvimento da comunidade,



Fonte: Autora (2024)

Os dois primeiros níveis da escada representam a ausência de participação. A participação sem redistribuição de poder permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns. A participação vazia mantém o status quo. Desta forma, podemos categorizar este nível de “Não participação” em: Manipulação e Terapia.

A categoria seguinte, Terapia, entende a importância da participação de grupos minorizados ou marginalizados como algo a ser “tratado” por especialistas ditando o ritmo e as prioridades das agendas. Estes espaços tentam adequar a comunidade para se adequarem aos padrões da sociedade mais ampla.

O próximo nível, nomeado como Tokenismo, é regido pela prática de fazer apenas um esforço superficial ou simbólico para ser inclusivo, mas não há aprofundamento e compromisso com mudanças de realidade (Folter, 2020). Neste nível são identificadas 3 categorias: Informando, Consulta e apaziguamento. Em Informando, os moradores da comunidade, do coletivo, por exemplo, são informados, mas não possuem suas solicitações priorizadas; Na Consulta, a participação é resumida em pesquisas e questionários.

A sensação da comunidade é que dão muita opinião e pouco sabem dos desdobramentos, ou seja, não sabem ou não percebem os efeitos de tais consultas. Em

apaziguamento é o momento mais próximo de uma participação cidadã, porém na verdade é uma estratégia para fazer a comunidade acolhida com direito a voz e mais acessos aos detentores de poder, contudo sem poder de decisão.

A maioria do poder ainda reside fora da comunidade. Esse tipo de manobra é muito conhecido por políticas que visam construir uma imagem e pauta positiva utilizando a comunidade como forma de promoção.

Os últimos degraus da escada, que representam o nível Poder Cidadão, o controle social já é parte da comunidade. Sendo assim, é necessária uma estrutura organizacional com similaridade ou no formato de uma associação de moradores com objetivo de ser um espaço para que moradores ativos e envolvidos na rotina comunitária tenham ambiente de diálogo e decisões.

Neste nível encontramos mais 3 categorias: Parceria, Poder Delegado e Controle do Cidadão. Em Parceria, existe a experiência do poder dado aos cidadãos, que na maior parte das vezes ocorrem em grupos como comitês de planejamento, associações comunitárias. Neste 6º degrau existe uma forma mais equilibrada em busca de uma decisão conjunta. Por fim, a escada da participação cidadã chega ao cume quando em seus dois últimos degraus, que são o “poder delegado” e o “controle do cidadão” onde efetivamente tornam-se a maioria e passam a tomar suas próprias decisões.

Talvez a compreensão mais clara e esclarecedora das gradações e potenciais de participação dos cidadãos foi desenvolvida por Sherryl Arnstein, e cada degrau representado pela Escada é reflexo de uma luta por garantias por direitos. Entretanto, pode-se ter uma leitura ingênua que é algo concedido. Esta concepção da concessão não evidencia a disputa constante de poder que paira entre dominados e diamantes, e não apresenta a participação como uma construção cotidiana, como afirma Faundez (1993):

é participando de todas as atividades, e sobretudo do nível de tomada de decisões, que o povo se tornará ele próprio, animador, um animador coletivo, que se tornará um verdadeiro sujeito de sua história. É nesta dialética, neste diálogo entre o animador individual – homem ou mulher - e o animador coletivo - o povo, a comunidade, o grupo, o clã, a classe – que a democracia e a liberdade se criaram na própria história dos povos (p. 49).

Mas, a proposta da Participação cidadã elucidada como são tomados os processos participativos nas comunidades, especialmente quando o ator externo, visto como parceiro ou patrocinador da iniciativa, no avanço de cada degrau da escada, estacionam no estágio do Tokenismo, onde a comunidade, ou agrupamento vivem a sensação da consulta, do envolvimento, do aconselhamento, porém não vivem a tomada de decisão.

2.3 COTIDIANO: A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

O cotidiano, como palco da vida em sua forma mais autêntica e complexa, desperta a fascinação de pensadores de diversas áreas. Entre eles, Agnes Heller, Henri Lefebvre e Milton Santos despontam como luminares, oferecendo lentes valiosas para desvendar as múltiplas nuances desse universo.

Heller (1977) desenvolveu uma teoria que apresenta alternativas filosóficas e sociológicas para questões políticas, sociais e econômicas que emergem no século XX, tendo como base o conceito de cotidiano. Para ela, o cotidiano é um espaço fundamental para a compreensão da vida humana, pois é nele que se desenvolvem as relações sociais, as experiências individuais e as lutas pela emancipação.

Lefebvre (1961) entende que o cotidiano não deve ser visto apenas como uma rotina monótona, mas sim como um espaço onde as relações sociais, culturais e econômicas se desenvolvem. Ele enfatiza a necessidade de uma análise crítica do cotidiano para revelar as contradições e as complexidades presentes nas práticas diárias das pessoas. Em suma, ressalta que as práticas cotidianas são fundamentais para a construção do espaço social e para a formação das identidades individuais e coletivas

Mas é inegável a contribuição de Milton Santos (1977), quando reforça a necessidade do cotidiano ser objeto de estudos da Geografia. Ele enfatiza que o cotidiano é espaço de análise para entender o dinamismo social e espacial que moldam cidades e regiões e ainda como o espaço onde as pessoas vivem e constroem suas relações sociais, culturais e econômicas.

Há um diálogo entre os pensamentos onde apesar das diferentes perspectivas, os três autores convergem na crítica à sociedade capitalista, na valorização do cotidiano como objeto de estudo e na busca por alternativas para a construção de um mundo mais justo e humano.

O cotidiano, frequentemente visto como um conjunto banal de atividades repetitivas, possui um papel fundamental na construção social. Mais do que a mera repetição de hábitos, o cotidiano é um espaço dinâmico e complexo, onde se entrelaçam relações sociais, experiências individuais e lutas pela transformação social. Desta forma é importante perceber que as práticas locais que influenciam a manutenção e a conservação dos territórios são construídas no cotidiano.

2.4 CONVERGÊNCIA TEORIA DO COMUM E TERRITORIALIDADE

Commons – ou o comum, como será apresentado neste estudo – não é um conceito novo. Em inglês, Commons é uma terra comum, um bem compartilhado por todos. Não há equivalente da palavra em português, então a solução foi traduzir literalmente Commons para comum.

No Brasil, algumas obras que se destacam para a temática são de pesquisadores de humanidades, ciências sociais e aplicadas sobre o tema. sendo elas: “A Tragédia dos Comuns”, de Garret Hardin (1968), “O comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”, de Pierre Dardot e Christian Laval

Há mais de 50 anos que Garrett Hardin publicou “A Tragédia do Comum” na Science. No argumento de Hardin, as pessoas são egoístas, concentrando-se apenas em competir para maximizar seus próprios interesses. Hardin defende então duas alternativas: a privatização ou a estrita atuação estatal.

No primeiro caso, ele percebe que a propriedade privada tem seus problemas, mas entende que é uma forma de garantir a regulamentação do uso coletivo dos proprietários, o que certamente evitará a superexploração. Neste último caso, a solução seria impor sanções econômicas que tornem a exploração mais cara do que a conservação.

Esta visão reducionista sobre gestão dos recursos comuns foi amplamente questionada, pois outros pesquisadores trouxeram para o debate a importância das comunidades e as estratégias existentes para recursos compartilhados.

Os pesquisadores franceses Pierre Dardot e Christian Laval renovam o debate intelectual e internacional quando questionam o quão corrosivo é o neoliberalismo para a estrutura democrática, e alavancam o tudo sobre o Comum.

No livro intitulado "Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI" (Dardot; Laval, 2017), os autores apresentam o princípio do comum como uma alternativa ao capitalismo. A obra oferece uma análise histórica do termo "comum" identificando ações que se opõem às práticas neoliberais em diversos setores e propondo formas concretas de utilização do conceito.

Reforçam que o conceito de comum pode partir de duas perspectivas: política e social. No âmbito político, trata-se de uma racionalidade alternativa à democracia tradicional, baseada na colaboração, na participação conjunta e na determinação das regras, buscando uma democracia mais substancial e não apenas representativa.

Já no aspecto social, isso se refere à primazia do direito de uso em relação ao direito de propriedade, que passa a ser secundário, deixando de ser a principal forma de disposição de bens.

Em linhas gerais, o conceito ou princípio do comum é uma confluência de pensamentos que entendem que a racionalidade neoliberal não opera de forma sustentável, por ser pautado pela máxima concorrência. Dardot e Laval defendem práticas coletivas e apontam que há outras maneiras de pensar o ‘viver junto’ e o agir comum, muitas outras leituras possíveis da história de nossas sociedades” (Dardot; Laval, 2017, p.245).

Além dos franceses Dardot e Laval, a economista norte-americana Elinor Ostrom contribui também para análise da governança econômica no conceito dos comuns. Vale ressaltar que a economista se torna, a partir dos anos 70, a principal oponente intelectual de Hardin após analisar inúmeros estudos de caso sobre a gestão de bens comuns.

Os estudos de Ostrom revelam que desde que o conjunto de princípios e de regras de propriedade coletiva estejam bem definidos, sejam aceitos e respeitados por todos, consegue-se evitar a sobre-exploração dos bens comuns.

Resumidamente, defende que as comunidades por meio de sistemas de auto-organização realizam uma gestão eficiente de seus recursos, sem a necessidade de normas impositivas de um agente externo. Afirmando que o Comum como um sistema de direitos e obrigações por meio de uma gestão coletiva (Rendueles; Subirats, 2016)

Trata-se assim de um regresso às origens da gestão comunitária e do ideal de cooperação. Esta abordagem reforça a cooperação, evita o individualismo e procura o bem-estar social da comunidade. A contribuição de Ostrom é no domínio da equidade, da cooperação e da governança.

Ainda na perspectiva do comum, e pontuando ainda mais a questão de equidade ao trazer a questão de gênero para o centro do debate, autora alemã Maria Mies, defende a importância da práxis feminista e ecológica na análise dos problemas sociais e ambientais, enfatiza a relevância da participação das mulheres na gestão dos recursos naturais e do comum, como meio de empoderar e a construção de uma sociedade democrática e sustentável.

Mies pontua que o patriarcado e a exploração da natureza estão intrinsecamente ligados, pois a lógica patriarcal privilegia o controle e a dominação tanto na exploração dos recursos naturais quanto na opressão das mulheres. Necessário destacar da importância da revalorização do comum com um espaço de resistência e construção de alternativas ao sistema patriarcal e capitalista. Resumidamente, Mies corrobora que é necessário um novo paradigma de desenvolvimento que valorize as mulheres e o meio ambiente.

Desta forma, a teoria do comum, que defende a gestão compartilhada e democrática de recursos e bens, apresenta um enorme potencial para auxiliar na luta por justiça social. Essa

abordagem desafia a lógica da propriedade privada e da acumulação de capital, propondo um modelo alternativo baseado na colaboração, na sustentabilidade e na equidade.

. Outro ponto importante para o debate do comum, e que é percebido como cerne para motivação e comunidades para construção de alternativas para melhoria da qualidade é a Territorialidade. Segundo Milton Santos, a definição de territorialidade está relacionada às relações sociais e às atividades diárias que os indivíduos têm com o território.

Para Santos, o território não é apenas um espaço físico delimitado geograficamente, mas sim o resultado do processo de produção de cada território, ou seja, as ações e práticas que ocorrem nele.

A territorialidade é importante para os bens comuns, pois é uma garantia que esses recursos sejam usados de forma sustentável e equitativa (Little,2004). Quando as pessoas se sentem pertencentes a um território, elas estão mais propensas a cuidar dos bens comuns que nele existem.

A integração entre bem comum e territorialidade é a lógica de ocupação das comunidades tradicionais, onde a gestão dos bens comuns são adaptadas às lógicas e necessidades das condições locais;

Ailton Krenak em seu livro "Ideias para adiar o fim do mundo", argumenta que os povos originários são guardiões dos bens comuns e que suas práticas de gestão são sustentáveis e equitativas.

Para o autor, que parte de importante lugar de fala, por ser indígena, os povos originários possuem profundo conhecimento do mundo natural, logicamente, a gestão do comum natural é parte do cotidiano.

Quando um recurso é considerado um comum, isso significa que ele não é propriedade de uma única pessoa ou organização, mas sim de um grupo de pessoas que têm o direito de usá-lo. Assim, algumas comunidades buscam a auto governança para a gestão do bem comum como resposta ao seu processo emancipatório.

3.5 AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA DA ÁGUA E A TEORIA DO COMUM

A água faz parte do patrimônio do planeta. Assim como a seiva é o sangue das plantas, a água é a seiva do nosso planeta. O equilíbrio e o futuro da Terra dependem da preservação da água e de seus ciclos. A água não é somente herança de nossos predecessores. É, sobretudo, empréstimo à geração que nos sucederá. Por isso, não deve ser desperdiçada, nem poluída ou envenenada. (Declaração Universal dos Direitos da Água, 1992).

A Declaração Universal dos Direitos da Água é um documento que busca conscientizar a população sobre a importância da água e sua preservação, além de estabelecer diretrizes para o uso adequado desse recurso.

Logo, o conceito de Gestão de recursos hídricos se encontra com a premissa de preservação e conservação da água, com o objetivo de garantir o acesso à água de forma equitativa e sustentável.

Segundo o livro "Fundamentos para a Gestão da Água" (Porto, 2012), a gestão de água pode ser definida como um conjunto de ações e medidas que visam garantir a disponibilidade, a qualidade e o uso racional da água, levando em conta as necessidades e interesses da sociedade e do meio ambiente.

A gestão de recursos hídricos pode envolver a criação de políticas públicas, a implementação de programas de conservação e uso racional da água, a gestão de recursos hídricos e a promoção da educação ambiental. Diversos autores, como José Carlos de Araújo e Sandra Santaella, apresentam os conceitos e princípios ligados à gestão da qualidade da água, que podem ser aplicados em diferentes contextos e realidades.

Como fomento da política pública, o marco regulatório (Lei nº 14.026/2020) estimula um ambiente de livre concorrência com a oportunidade de empresas privadas poderem concorrer em igualdade de condições com as estatais. Enquanto o marco regulatório legitima água como negócio atrativo aos investimentos privados, organismos internacionais por Direitos Humanos destacam que a água é um bem comum e não uma commodity (Brasil, 2020).

Este ambiente de disputa pelo recurso, como já citado, prova que o acesso à água não é para todos, e se é um recurso vital, como sobrevivem quem é carente deste acesso? Sobretudo, como resistem comunidades rurais no interior do Brasil, onde historicamente são excluídas dos programas de saneamento e acesso a água? Quais estratégias locais são estabelecidas nessas comunidades? Por que comunidades ainda resistem em territórios desassistidos por políticas públicas?

As soluções de abastecimento de água e esgotamento sanitário para as famílias que habitam locais isolados exigem esforços de políticas aderentes à realidade local. A ineficácia do governo e outros agentes externos pode levar às comunidades a buscar a gestão da água com participação apenas dos entes locais., o que torna a autogestão atraente e muitas vezes o único caminho para uma governança das águas em muitas comunidades negligenciadas nos interiores do Brasil

A gestão participativa dos recursos hídricos é uma estratégia importante para a gestão sustentável da água. A participação coletiva é fundamental para o gerenciamento ambiental, e a educação ambiental é um mecanismo pelo qual se dá esse processo.

No Brasil, o que temos observado são soluções que são estruturadas a partir da articulação comunitária (Santana e Santos, 2020).

Krenak (2019) defende que a autogestão permite que as pessoas assumam o controle de suas próprias vidas e de seu próprio futuro: “A autogestão comunitária é uma forma de construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ela permite que as pessoas participem da tomada de decisões sobre os recursos que são importantes para suas vidas”.

Em suma, a visão de Krenak sobre autogestão é uma visão transformadora que tem o potencial de promover a democracia, a justiça social e a preservação da cultura.

Faria (2017) reforça que a autogestão é vista como uma forma de superar as relações capitalistas de produção e não é um sistema liberal, mas libertário. A autogestão deve surgir por meio de práticas políticas de movimentos coletivos que resultem em uma mudança qualitativa em relação à heterogestão.

A realidade brasileira é da prática de autogestão comunitária da água, principalmente em comunidades rurais e quilombolas. Nessas comunidades, as pessoas se organizam para construir e gerenciar seus próprios sistemas de abastecimento de água, de forma a garantir o acesso à água potável e de qualidade.

E a autogestão é mais um marcador interessante que se entrelaça em uma simbiose potente com a teoria do comum, encontrando terreno fértil para esse modelo de organização. A autogestão coloca o poder nas mãos das comunidades para tomar decisões e gerenciar recursos, enquanto a teoria do comum defende a propriedade e o uso compartilhados de bens e recursos. Juntas, elas desafiam as estruturas de poder tradicionais e constroem um futuro mais justo.

Há uma interdependência nos dois conceitos, pois a autogestão fortalece o comum, e o comum empodera a autogestão. A gestão autônoma de recursos pela comunidade pode ser um forte componente para a proteção e o uso sustentável do comum, enquanto o acesso ao comum fornece à comunidade a base para sua autonomia e autodeterminação.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como indica Ferreira (2002, p.258), os trabalhos de revisão da literatura têm sido reconhecidos face ao “caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar”.

Desta forma, foi possibilitado uma visão abrangente sobre o tema da autogestão comunitária da água no Brasil. Considerando aspectos relacionados aos desafios enfrentados por comunidades que são ignoradas por políticas públicas aderentes à realidade local, e o poder da emancipação comunitária para o enfrentamento da escassez da água de boa qualidade para consumo.

Para acessar os artigos, dissertações, estudos técnicos alinhadas à pesquisa, defini como palavra-Chave: Gestão Comunitária da Água, Princípio do comum, Autogestão e Cotidiano.

As palavras chaves usadas pela pesquisa foram selecionadas depois de um prévio levantamento por artigos acadêmicos e técnicos que discutem o assunto gestão da água em comunidades rurais. Desta forma foram localizados 272 artigos por meio das seguintes bases de dados: portal de periódicos CAPES, Google Acadêmico.

Ao pensar nessas bases de dados, comparei os melhores repositórios para pesquisas acadêmicas que transitam nos campos das ciências humanas.

Foi identificado o Google Acadêmico, GA, tem a maior cobertura de indexação, ou seja, tem maior descrição e identificação de documentos e tem um motor de busca com caixa de consulta simples.

Entretanto há críticas em relação às suas funções de pesquisa avançada, que me exigiram idas e vindas para correção nos resultados por ser perceptível que há limites de alcance e cobertura, devido à falta de recursos e opções para classificação de seu conteúdo (Schultz, 2007), além de perceber a incapacidade da ferramenta filtrar material de periódicos acadêmicos predatórios¹, e muitos artigos sem avaliação por pares, um aspecto importante para definição de credibilidade dos periódicos. porém, foi valioso para meu processo inicial de levantamento de fontes, e assim auxiliar no levantamento de conteúdos básicos relacionados ao tema.

As pesquisas no portal CAPES, se destacam por apresentar maior número de artigos alinhados às palavras-chave e maior interdisciplinaridade, menor duplicidade e maior número de artigos revisados por pares. Pontuo que no portal de periódicos capes é possível separar os artigos por assuntos.

Para alcançar um pouco mais de 270 artigos científicos, foi estratégico a utilização de operadores booleanos e que possibilitou a exclusão de termos não alinhados às expectativas da pesquisa.

Finalizada a busca, a próxima etapa exigiu a avaliação dos resultados para seleção dos estudos a partir da pergunta da pesquisa - como é o processo de organização e estratégias locais para enfrentamento da escassez da água para consumo em um povoado rural no interior do Maranhão.

Como protocolo de inclusão desta pesquisa foram pontuados os seguintes requisitos: pesquisas que tem como cerne da questão o acesso à água em comunidades rurais, em especial nordestinas; estudos com até dez anos; artigos revisados por pares; artigos com referencial que façam referência a um debate Inter e transdisciplinar como é proposto pela psicossociologia. Sendo assim, conforme tabela 1, foram identificados 16 artigos científicos alinhados com as expectativas de pesquisa para a discussão das estratégias locais para enfrentamento da escassez considerando aspectos psicossociais e ambientais.

Quadro 1: Caracterização dos estudos incluídos na pesquisa de revisão.

| Título | Autores | Revista e Ano | Palavra-chave | Resumo |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gestão Comunitária da Água: caminhos para promoção da justiça hídrica e Mitigação de conflitos socioambientais | Cáceres, N. D., & Rodrigues, B. H. M. | Cadernos do leste, 2019 | Gestão comunitária. Justiça Hídrica. Água | Os autores argumentam que a gestão comunitária da água pode contribuir para a promoção da justiça hídrica de duas maneiras principais. Primeiro, ao dar voz às comunidades locais, Em segundo lugar, ao promover a participação das comunidades na gestão da água, a gestão comunitária pode contribuir para o empoderamento dessas comunidades e para a redução das desigualdades. |
| A "Tragédia dos Comuns" | LH Cunha | Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, 2005. | Tragédia dos comuns, ecologia política e manejo comunitário. | Propõe uma reflexão sobre a gestão comunitária de recursos naturais como solução para a "tragédia dos comuns", problema que surge quando o uso desenfreado de recursos de livre acesso leva à sua exaustão |

| | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>O Comum Natural: a experiência de gestaçocomunitária no Município de Delmiro Gouveia/Alagoas/Brasil</p> | <p>Manuela de Sá Menezes; Sheila Rosane Vieira Rodrigues;Antonio Carlos Wolkmer</p> | <p>Revista de Direitos Humanos e Efetividade, 2021</p> | <p>gestão comunitária da água. comum natura. Delmiro Correa</p> | <p>destaca que a gestão comunitária da água em Delmiro Gouveia tem sido bem-sucedida na promoção da conservação dos recursos hídricos e no desenvolvimento das comunidades locais. A gestão comunitária tem permitido que as comunidades locais tenham maior controle sobre o uso da água, e que os recursos hídricos sejam usados de forma mais sustentável.</p> |
| <p>Autogestão em Saneamento Básico no Brasil: experiências e Aprendizados</p> | <p>Gabriela Vieira de Toledo Lisboa Ataíde. Luis Roberto Santos Moares. Patrícia Campos Borja.</p> | <p>exposição de Experiências Municipais em Saneamento, 2012</p> | <p>Saneamento. Brasil.</p> | <p> A autora argumenta que a autogestão é uma estratégia promissora para a promoção do saneamento básico no Brasil. Baseados no princípio da participação, autogestão, solidariedade</p> |
| <p>A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido</p> | <p>Maria Inácia D'Ávila Neto Gabriel de Sena Jardim</p> | <p>Revista Psicologia Política, 2015</p> | <p>Gênero e Água; Participação e Desenvolvimento; Trabalho Feminino; Técnicas corporais; Políticas Públicas.</p> | <p>O presente trabalho constitui uma reflexão sobre metodologias participativas aplicadas a famílias beneficiadas por projetos relativos a políticas públicas de desenvolvimento, em regiões onde há escassez de água. O estudo tem foco nas mulheres do interior da Paraíba, estado do Nordeste brasileiro, numa região do semiárido.</p> |
| <p>Autogestão comunitária como estratégia de defesa da teoria dos comum</p> | <p>Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma</p> | <p>Revista Pos Ciências Sociais, 2022</p> | <p>Águas, Bens Comuns, Autogestão, Autonomia comunitária</p> | <p>O presente trabalho constitui uma reflexão sobre metodologias participativas aplicadas a famílias beneficiadas por projetos relativos a políticas públicas de desenvolvimento, em regiões onde há escassez de água. O estudo tem foco nas mulheres do interior da Paraíba, estado do Nordeste brasileiro, numa região do semiárido.</p> |

| | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| "Fazer para transformar": a psicologia política das comunidades de Maritza Montero | José Fernando Andrade Costa | Revista Psicologia Política, 2015 | | No artigo, Montero discute a importância da psicologia política comunitária para a promoção da justiça social e da transformação social. Ela argumenta que a psicologia política comunitária deve ser uma disciplina que se baseia na participação das comunidades e na ação coletiva |
| Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária | Maria de Fatima Quintal | Psicologia, Conocimiento y Sociedad, 2015 | Psicologia social comunitária, Práticas em comunidade, Intervenção comunitária. | discute os desafios e as sutilezas que permeiam as práticas da psicologia social comunitária. |
| O saber local e as conexões para educação ambiental | Adriano Luiz Santana; | Travessias, 2013 | Saber local ; Comunidade ribeirinha; Educação Ambiental Psicologia social comunitária, Práticas em comunidade, Intervenção comunitária. | discute os desafios e as sutilezas que permeiam as práticas da psicologia social comunitária. |
| Práxis epistêmica da pedagogia do Território: contribuições à decolonização da geografia | Rafaela Lopes de Sousa Leandro Vieira Cavalcante | Novos Cadernos NAEA, 2021 | Ciência Decolonial; Geografia; Pedagogia do Território; Epistemologias do Sul; Decolonialidade. | Os autores argumentam que a Pedagogia do Território é uma proposta de práxis epistêmica que contribui para a descolonização da Geografia. A Pedagogia do Território rompe com o paradigma eurocêntrico da Geografia, ao valorizar os saberes e experiências dos povos indígenas, negros e quilombolas. |
| Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária | Maria de Fatima Quintal | Psicologia, Conocimiento y Sociedad, 2015 | Psicologia social comunitária, Práticas em comunidade, Intervenção comunitária. | discute os desafios e as sutilezas que permeiam as práticas da psicologia social comunitária. |

| | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desenvolvimento local a partir da participação comunitária | Iala Serra Queiroz Luciane Cristina | Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, 2016 | Desenvolvimento Local; Conflitos Socioambientais; Diálogo. | As autoras destacam que a participação comunitária é um processo de envolvimento das comunidades locais na tomada de decisões sobre o desenvolvimento local. |
| Gestão sustentável participativa transnacional: o direito de acesso a água potável | Roberto Caldas; Jamilé Diz; Elisabeth Accioly | Revista Opinião Jurídica, 2016 | Global Governance, Direito de Acesso à Água, Saneamento, Gestão Participativa Transnacional, Sustentabilidade | o direito de acesso a água potável, saneamento e sua governança global" discute a importância da gestão sustentável participativa transnacional para o direito de acesso a água potável e saneamento. Os autores argumentam que a gestão sustentável participativa transnacional é necessária para garantir a disponibilidade e a qualidade da água potável e do saneamento para todos, em nível global. |
| Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC | Catherine Prost | Novos Cadernos NAEA | autonomia; diálogo; geograficidades; populações tradicionais; ação política. | O artigo "Gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e incoerências no SNUC" discute os desafios e incoerências da gestão territorial em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) no Brasil. |
| Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do Nordeste brasileiro | Bernardo Aleixo; Sonaly Rezende; João Luiz Pena; Gisela Zapata, Leo Heller | Revista Ambiente e Sociedade, 2016 | | Investiga as desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do Ceará, Brasil. Os resultados da pesquisa revelam que as condições de acesso à água na comunidade são heterogêneas, com diferentes padrões de desigualdade em termos de quantidade, acessibilidade física e acessibilidade econômica. Essas desigualdades são decorrentes de fatores socioeconômicos, como a pobreza, a desigualdade de gênero e |
| Gestão comunitária da água : soluções e dificuldades do saneamento rural no Brasil | Gesmar Rosa dos Santos ; Adrielli Santos de Santana | instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020 | Água tratada; meio rural; déficit; parcerias; gestão comunitária | O presente trabalho tem como objetivo descrever a realidade do saneamento rural no Brasil, destacando soluções de provimento de água no meio rural, assim como sua importância, dificuldades e desafios. A pesquisa foi realizada por |

| | | | | |
|--|--|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | | | | meio de revisão bibliográfica e documental, com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) |
|--|--|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Autora (2024)

Pelo menos, nos últimos 15 anos efervescem correntes de estudos sobre arranjos coletivos para o enfrentamento da escassez de água potável e críticas à mercantilização dos bens naturais, sobretudo o afastamento da água como direito humano e ineficácia das políticas de saneamento básico.

Apesar de a maior parte da literatura iniciar suas narrativas tendo como eixo temático o saneamento básico, entendemos que água e saneamento são conceitos diferentes, mas que estão relacionados.

Saneamento básico é um sistema de serviços para desenvolvimento socioeconômico de uma região, que inclui o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana, manejo de resíduos e limpeza urbana.

O saneamento básico é um direito garantido pela Constituição Federal e instituído pela Lei nº. 11.445/2007. Esta lei ainda tem como uma de suas diretrizes a garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, mediante o uso de soluções compatíveis com suas realidades econômica e social peculiares, contribuindo para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades regionais e a inclusão social

Entretanto, estudos do Instituto Trata Brasil e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) indicam que milhares de pessoas no Brasil não possuem acesso ao saneamento básico, o que impacta negativamente tanto em indicadores referentes ao desempenho da saúde, como nos indicadores socioeconômicos. As comunidades interioranas ou em transição rural - urbana no nordeste brasileiro são as que mais sofrem com a falta de infraestrutura de saneamento.

Especificamente, as comunidades rurais são as mais preteridas de soluções que estejam adequadas à realidade local, por mais que haja políticas e estudos do próprio governo que evidenciam e promovem a criação de aparatos para tais necessidades.

Segundo Cáceres e Maia - Rodrigues (2019) emergiu pós Eco+92 a atenção sobre a participação das comunidades no processo decisório sobre o meio ambiente.

E por consequência, os grandes empreendimentos - potenciais poluidores- as associações e movimentos sociais entendem a necessidade de descentralização da gestão dos recursos naturais. Cáceres e Maia Rodrigues criticam que na realidade a prática de inserção das comunidades nas tomadas de decisões é exclusivamente para anular situações de conflitos. Os projetos que carregam os conceitos de auto - governança são mecanismos de neutralizar ou formas de desviar dos conflitos com movimentos sociais organizados pelas comunidades, e ser um bom discurso empresarial usado como forma de aproximar o diálogo com as comunidades impactadas do entorno.

Para corroborar a importância do modelo de autogestão, os autores se embasam nas proposições do geógrafo e historiador norte- americano, Mike Davis - que adotando uma abordagem de ecologia política com viés marxista - se destaca como um crítico contundente da transformação da terra em mercadoria e a ausência da responsabilidade do estado em questões essenciais a vida humana.

Para ele, o sistema capitalista, em sua busca incessante por lucro, explora os recursos naturais de forma predatória, causando danos irreversíveis ao meio ambiente. Davis (2006) argumenta que a gestão comunitária da água pode ser uma estratégia eficaz para promover a justiça hídrica. E em seu livro "*Ecology of Fear*", afirma que a participação da comunidade na gestão dos recursos hídricos pode ajudar a garantir que todos tenham acesso à água de forma equitativa.

Na mesma linha de defesa, é visível uma corrente, especialmente os movimentos de justiça ambiental, que acreditam numa estrutura de governança ambiental participativa como estratégia de controles de recursos na América Latina (Carruthers, 2008).

Somado a tudo isto, existe uma forte desigualdade entre homens e mulheres também quando o assunto é o acesso à água potável e saneamento básico. Foi o que constatou estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), coordenado pelo pesquisador brasileiro Léo Heller, relator especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário na instituição.

De acordo com o relatório *Igualdade de gênero e direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário*, em quase todos os lugares do mundo onde há falta ou má distribuição de serviços de saneamento, cabe às mulheres a tarefa de coleta de água para manter a higiene doméstica.

Também é importante ressaltar que para além do esforço mecânico da coleta da água, são as mulheres que em seus cotidianos que implementam tecnologias sociais de uso, controle, e gerenciamento da água (D'ávila Neto; Jardim, 2015)

Dessa forma, é crítico perceber que relatórios técnicos de nossos principais institutos federais que possuem a gestão hídrica como objeto de pesquisa, não destacam a importância das mulheres nesse contexto. A falta de ênfase nas mulheres na gestão comunitária da água pode refletir uma lacuna na consideração de gênero e na inclusão das perspectivas femininas nesses documentos

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada organizou um livro com textos para discussão sobre a gestão comunitária da água no meio rural no Brasil. Ainda que possamos considerar a falta de marcadores sobre a questão de gênero para água, o documento é um importante guia para entendimento de um modelo de gestão comunitária.

. O estudo organizado que é coordenado pelo pesquisador Gesmar Santos , e pela pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) ,Adrielli Santana destaca a importância de soluções adequadas ao meio rural, apoiadas pelo Estado e com atuação relevante da comunidade para garantir a sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água. Mas, também se ocupa na abordagem das dificuldades e desafios enfrentados pela gestão comunitária da água no meio rural, como a falta de recursos financeiros e técnicos, a falta de capacitação dos gestores e a falta de participação da comunidade.

Mesmo com as dificuldades de iniciativas em prol da água - sobretudo em meio rural - estejam operando com apoio e direcionamento de políticas públicas a título do GCA é possível identificar boas iniciativas no norte e nordeste do Brasil.

É o que ocorre no Município Delmiro Gouveia e Alagoas, onde a gestão comunitária da água tem uma manutenção tripartite: comunidade, gestão técnica por agência governamental e investimentos de iniciativa privada.

De acordo com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF, 2020), trata-se de uma experiência inovadora nas áreas de gestão pública e de acesso à água no semiárido brasileiro, a qual resulta na sustentabilidade e autogestão da água tratada do Canal do Sertão Alagoano.

Com a implantação pela Codevasf de sistemas de abastecimento, as próprias comunidades rurais citadas foram capacitadas para assumirem a operadora do sistema por meio de uma entidade associativa. Neste contexto, a gestão comunitária é um processo político de produção do comum (Sá Menezes, Rodrigues e Wolker, 2021). O uso da palavra “comum” é alinhado ao conceito de Elinor Ostrom, que foi uma renomada economista e cientista política americana reconhecida por seu trabalho sobre a governança dos recursos comuns.

A teoria apresentada pela autora “*Common Pool Resource*” desenvolveu uma série de princípios para a gestão sustentável dos recursos comuns, também conhecidos como “princípios de Ostrom”. Esses princípios são baseados em estudos empíricos de comunidades que conseguiram gerenciar com sucesso recursos compartilhados, como florestas, pastagens e sistemas de irrigação.

Montezuma (2022) apresenta também o conceito do comum, entendendo que autogestão comunitária é a estratégia de defesa para garantia de acesso às águas. Todo estudo de Montezuma se ocupa em trazer o debate neoliberal, promovendo a crítica aos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH ao afirmar que “a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (Art.1º, II, PNRH).

Com base no Seminário Nacional dos Bens Comuns- SNBC ocorrido em 2016, a pesquisadora observa inúmeras denúncias contra a privatização do mar, do petróleo, das águas, do ar, do clima, dos serviços ambientais, do conhecimento, do genoma, ampliando o olhar para os elementos que compõem esses territórios e a sustentação global da vida.

Cruz (2022) em dissertação apresenta novamente o princípio do Comum combinado a gestão comunitária para estabelecimento de estratégias de resistência territorial e para preservação e acesso de seus recursos hídricos.

O autor aponta duas questões para debate: a privatização, ou seja, a água como commodity e a outra baseada no conceito do comum, que procura práticas do cotidiano e valorização dos saberes locais para que o consumo da água esteja atrelado a preservação dos modos de vida, além de uma frente de pensamento pautado na ecologia política sobre a distribuição dos modos e projeto de vida, assim como espaços comuns e traz a reflexão sobre a importância de termos um panorama comunitário-participativo, que permita a análise de outros cenários de governança territorial (Cruz, 2022, p. 102).

A contribuição dos pesquisadores supracitados para o conceito de autogestão comunitária e princípio do comum, mas não categorizam os marcadores psicossociais que definem as características dos coletivos que se emancipam para uma auto governança que gerir seus recursos naturais

De uma forma geral, os artigos explorados se encontram em comum consenso ao analisarem as experiências comunitárias da água na América Latina e no Nordeste Brasileiro a partir das contradições entre a mercantilização da água e a promoção da justiça social.

Além disso, enfatizam a importância da participação comunitária para o desenvolvimento local, a justiça social e a defesa dos recursos comuns; abordam a participação comunitária como um processo de empoderamento de comunidades locais, que lhes confere

maior controle sobre seus próprios destinos; reconhecem o quanto é desafiador o modelo de autogestão sem o apoio governamental e recursos entretanto afirmam que a participação comunitária, um dos elementos fundamentais para autogestão, é uma estratégia promissora para o desenvolvimento sustentável.

Quando os autores exploram a temática do princípio do Comum, há uma frente pessimista seguindo a tese de Hardin, na qual os seres humanos são motivados por interesses pessoais e tendem sempre a competir para maximizar seus ganhos, em quaisquer condições, ou seja, não acredita na gestão comunitária não é uma alternativa eficaz e sustentável para o manejo do comum, e tem como consequência a Tragédia dos Comuns.

A tragédia dos comuns é um conceito desenvolvido por Hardin (1968) para descrever a tendência de recursos comuns, como pastagens, florestas e reservas pesqueiras, a serem subutilizados ou degradados quando não são gerenciados de forma adequada.

Hardin argumenta que, na ausência de propriedade privada ou de uma autoridade central, os indivíduos terão um incentivo para usar o recurso comum de forma egoísta, mesmo que isso resulte em sua degradação.

Desta forma se fez necessário um mergulho na psicossociologia de comunidades para uma imersão em pesquisadores que se dedicam na compreensão das dinâmicas e processos psicossociais que ocorrem nas comunidades e se tornam marcadores que as diferenciam povoados que vivem com questões parecidas, mas se se organizam e inúmeras formas para as tratativas das mesmas questões.

Na psicossociologia é possível um olhar amplo e transdisciplinar para compreensão de processos psicológicos e sociais que ocorrem em grupos e comunidades. Tornando possível o entendimento sobre as dinâmicas e processos de comunicação estabelecidos pelo povoado alvo deste estudo; auxiliar compreender que barreiras ferem a participação e o envolvimento de grupos, e assim revelamos motivadores que apontam a maior ou a menor participação e envolvimento de grupos no processo de tomada de decisão; e auxiliar no entendimento de fatores que contribuem para coesão social e o desenvolvimento comunitário, o que pode levar uma comunidade mais uniforme nas tratativas de seu comum.

4. DOS OBJETIVOS AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a organização e estratégias locais para o enfrentamento da escassez da água para consumo humano e doméstico no povoado de Arraial, no interior do Maranhão.

4.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o perfil do povoado participante da pesquisa a partir das vivências cotidianas de ocupação do território por seus moradores;
- Identificar as estratégias de gestão comunitária da água na realidade local do povoado Arraial
- Evidenciar a importância de tecnologia sociais provimento de água no meio rural, assim como sua importância, dificuldades e desafios;
- Refletir a sustentabilidade de governanças comunitárias para o acesso à água sem apoio do Poder Público ou outros atores financiadores.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, empregando procedimentos mistos para a produção de dados, como pesquisa documental, conversas direcionadas, ferramentas de produção estética como audiovisual e procedimentos da abordagem de análise de conteúdo para inferir resultados. Será por meio dos materiais gerados pelos procedimentos adotados que haverá suporte a identificação dos temas eixos, os personagens e o contexto colocados em processo de teorização, de acordo com o referencial teórico adotado nesta pesquisa, bem como a revisão bibliográfica.

A análise de conteúdo permitirá o aprofundamento da compreensão das mensagens que serão geradas nas conversas direcionadas e audiovisuais, e até mesmo a comparação dos receptores, ou melhor, os colaboradores da coleta de dados - moradores do povoado de Arraial que são foco da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa foi desenvolvido um trabalho de campo. “O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelece uma interação com os atores que conformam a realidade”. (Minayo, Deslandes, Gomes, 2007, p. 61). Para o trabalho de campo desta pesquisa foi utilizado como técnica de produção de dados a conversa direcionada com as narrativas registradas em audiovisuais.

Chamamos nesta pesquisa “conversas direcionadas” um procedimento de entrevista não estruturada e por conveniência, não probabilística e não aleatória, que consiste em diálogo estabelecido com os participantes da pesquisa, a fim de identificar e compreender determinados temas de interesse do estudo. Estas conversas foram gravadas não somente como modo de registro, e sim para a produção estética da narrativa, que consistiu numa produção audiovisual sobre o tema de pesquisa.

Conversas direcionadas em metodologia científica referem-se a interações específicas e focadas que são utilizadas como uma técnica de pesquisa para coletar dados qualitativos e enriquecer a compreensão de determinado tema. Segundo Kendall (2017) essas conversas são estruturadas de forma a orientar a discussão para aspectos relevantes do estudo, permitindo ao pesquisador obter informações significativas.

De todo modo, optamos por trabalhar com esta compreensão de “conversa direcionada”, pois conforme as experiências de produção dos dados foram sendo realizadas, observamos que a entrevista não dava conta de assimilar o cotidiano dos moradores do campo de pesquisa, como por exemplo, agendamentos, e até mesmo a compreensão e constrangimento do termo “entrevista”. Desta forma, consideramos mais adequado estabelecer conversas com os participantes, direcionadas de acordo as possibilidades que sentíamos da receptividade e disponibilidade deles no contato com a pesquisadora.

De acordo com Dilley (2000), ao mencionar sobre o uso de entrevistas, a conversa não consiste em um interrogatório e sim uma conversa agradável, como âncora de um programa de entrevistas que imergiu num universo novo. A minha missão não foi apresentar opinião e compreender a intersubjetividade do interlocutor que permitiu a descrição da realidade social pesquisada.

Uma estratégia relevante utilizada durante a realização das conversas direcionadas foi a gravação somente das respostas dos participantes. Isso oportunizou uma produção rica de informações, garantindo um espaço de voz de todos e a revisão de cada conversa com o material gravado. Além disso, a produção audiovisual permite como forma complementar um maior contato entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, sendo possível a coleta e produção de

informações relevantes que nem sempre estão implícitas nas falas, mas na descrição de comportamentos e gestos, através da captação das imagens cotidianas e da ação humana.

4.3.1 Local de Pesquisa

Arraial é um povoado localizado em uma planície aluvial sediada no município Vitória do Mearim, localizado na baixada fluminense e bem próximo de outro importante município: Arari. Os moradores de Arraial - quando há necessidade de acessar serviços- se revezam entre estas duas cidades.

A região tem sua classificação climática enquadrada no clima úmido, sendo uma área privilegiada no que diz respeito ao regime de chuvas (ATLAS DO MARANHÃO, 2022). Julho a novembro é marcado como período de seca, e também da baixa do Rio Mearim.

Figura 3: Mapa do trecho



Fonte: Wikipedia (2022)

São 80 casas, das quais 78 são casas de alvenaria e duas são de taipa. Como é comum nas comunidades do interior do nordeste e norte do Brasil, as casas que possuem banheiros, não possuem descarga e desta forma as pessoas utilizam baldes de água, e as casas sem banheiros, que é a grande maioria, improvisam o “banheiro” em seus quintais. O resultado é o não tratamento de resíduos que acabam expondo aos riscos de contaminação da água.

Com a inexistência de saneamento básico, os moradores se organizam para diminuir o impacto da falta da política pública. Em regime de mutirão, buscam a limpeza de seus quintais e a limpeza do rio que margeia suas residências, o Rio Mearim.

Devido a sua localização, o povoado é vulnerável às inundações periódicas das águas do rio, o que afeta a vida e a economia dos moradores. No mês de julho, às famílias reestruturam suas ocupações locais que são basicamente a recuperação das residências com avarias da cheia do Rio; retorno das pequenas hortas para subsistência; e reativação da casa de farinha que é a responsável por gerar renda ao povoado e grande importância alimentar.

Meu primeiro contato com povoado de Arraial foi em 2019, quando em uma visita técnica, na condição de gestora de projetos sociais, fiz um diagnóstico sobre as condições de vida dos moradores de comunidades próximas à Estrada de Ferro Carajás.

Arraial se destaca por já ter em seu discurso princípios que envolvem a gestão democrática do território, e o interesse em tecnologias sociais que fossem customizadas aos anseios locais.

Em 2022 retorno ao povoado na condição de pesquisadora, tenho acesso a uma outra dimensão do território. Desta vez, chego em meio aos festejos juninos marcados pela tradicional festa do Boi. O Boi é a principal representação dos festejos maranhenses, que marcam a celebração da terra e da musicalidade e ancestralidade.

Figura 4: Boi Bumba da festa tradicional maranhense no município de Vitória do Mearim



Fonte: Autora (2022)

Outro fato importante nesta região é a baixa do rio Mearim que chega em níveis mínimos no período de junho a outubro (MARANHÃO, 2000) e assim as comunidades do entorno, impactam com a cheia, tem o curto período para a reorganização. Concorrer a atenção do povoado num período de marcos tão relevantes foi o desafio da pesquisa, porém foi um momento rico para observar fatores psicossociais no cotidiano, que justificaram o quanto referenciam a terra.

Figura 5: Cheia do Rio Mearim no povoado de Arraial



Fonte: Autora (2022)

A relação dos moradores do povoado de Arraial é marcada por laços familiares construídos por uma ocupação antiga que margeia o Rio Mearim. Não foi possível encontrar informações precisas sobre quando a ocupação iniciou, mas sabe-se que a região foi ocupada por diferentes grupos ao longo da história, incluindo os povos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos europeus, os colonizadores portugueses e franceses, além de outros grupos que se estabeleceram na região ao longo do tempo.

A ocupação do interior do Maranhão ocorreu em diferentes momentos e por diferentes grupos, e envolveu a construção de estradas, como a Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que teve início em 1905 e foi concluída em 1974, rodovias, projetos de irrigação, entre outras iniciativas, que visavam integrar a capital do estado ao interior e facilitar o escoamento da produção agrícola.

Outro corredor logístico foi construído na década de 1980 na região. A Estrada de Ferro Carajás, EFC, sob gestão da mineradora Vale, que transporta anualmente uma média de 150 toneladas por ano de minério de Ferro (Vale, 2019) e é interligada à Estrada de Ferro São Luís-Teresina. Dezenas de municípios e centenas de comunidades são cruzadas pela EFC, que acaba tendo sua importância com o transporte de passageiros.

Figura 6: Parada de Trem, Estação Vitória do Mearim



Fonte: Autora (2022)

O povoado de Arraial está distante apenas, aproximadamente, 800 metros da EFC, logo além das cheias do rio Mearim e a ineficácia da gestão pública para garantia de direitos básicos, em especial a água, o povoado ainda é impactado pela mineração.

Quando o corredor logístico da mineração tomou forma, o povoado de Arraial, segundo relatos dos moradores, já existia. Segundo moradores, morar em Arraial era e ainda continua atrativo pela proximidade do Rio Mearim. Além disso, acreditavam que o desenvolvimento local com a ampliação do corredor logístico, trazia o impacto positivo na geração de empregos para a população local, mas o que observam são apenas os aspectos negativos dos efeitos socioambientais.

A minha expectativa quanto pesquisadora, porém, atravessada por informações que havia acessos no antigo papel de Técnica de Projetos Sociais, era de um povoado aberto a denúncias e insatisfação com a terra, porém o que encontro é um povoado que quer registrar sua história de alguma forma, e apresentar o que é possível ser feito mesmo preterido de tantos serviços que são garantias fundamentais.

E essa minha persona pesquisadora possibilitou acessar a oralidade dos mais antigos e jovens, e estabelecer uma mínima relação de confiança baseada na escuta ativa, empatia e transparência (Braz, Casadore, Hashimoto, 2016).

4.3.2 Produção de Dados

A produção dos dados em campo foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2022. Esta fase se iniciou com uma visita de campo exploratória em meados do mês de julho, com o objetivo de percorrer as localidades do entorno do povoado alvo da pesquisa, e estabelecer os primeiros contatos com os moradores a respeito da pesquisa. Conhecer o entorno - ainda que não de forma aprofundada como no povoado Arraial - foi importante para pensar no como são diversas as percepções e estratégias para enfrentamento da falta de água e outros recursos.

Nessa fase exploratória, ainda foram realizados contatos com moradores. Na medida em que a aproximação com tais interlocutores ocorreu, foram levantados também os possíveis moradores locais que poderiam compor a pesquisa de campo como fonte de informação e conversas direcionadas.

O mês de julho foi considerado estratégico para uma visita, pela facilidade de encontrar as famílias em suas casas para se organizarem após a cheia do Rio Mearim, porém foi dificultado com as atividades relacionadas a festas do Bumba meu Boi e outros eventos típicos do interior.

Estes eventos aumentam o número de turistas e de pessoas que ficam em período sazonal nas comunidades, aumentando o risco de me deparar com pessoas que não fazem parte do meu critério de pesquisa. Mas, por ser um território, um povoado, que eu já tinha mapeamento previamente e um breve relacionamento, ficou mais fácil perceber a dinâmica dos moradores, e ficar atenta ao grupo principal, cerne da pesquisa.

Antes do início das conversas direcionadas, foi apresentado um instrumento de planejamento de coleta de dados, para que os participantes selecionados entendessem e refletissem sobre a exposição e o tempo que seria necessário, conforme Quadro 2.

Quadro 2: planejamento de coleta de dados

| Categoria | Descrição | Objetivo | Período |
|------------------|------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Apresentação | Descrição do objeto de pesquisa, motivação e justificativa | Boas-vindas dos moradores do Arraial para início da pesquisa | 10 de julho a 12 de julho de 2022 |
| Reconhecimento | Visita para conhecer toda comunidade e o entorno | Perceber os agentes internos e externos que podem interferir no objeto de estudo | 12 a 14 de julho de 2022 |

| | | | |
|-------------------------|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Diálogo Aberto | Abordagem aos moradores de Arraial | identificar os participantes da pesquisa e assinaturas dos termos de consentimento | 12 a 14 de julho de 2022 |
| Conversas Direcionadas | Início da entrevista semi-aberta | Coleta de informações por meio de gravação de áudio visual | 14 a 17 de julho de 2022 |
| Audiovisual em formação | Revisão do material gravado | Apresentação da prévia do material aos participantes e possibilitar ajustes | 17 a 21 de julho de 2022 |
| Seleção de imagens | Análise e transcrição de dados coletados | Apresentação do material que narrará a história do povoado e possibilitar ajustes | 10 de outubro de 2022 |
| Feedback | Escuta sobre satisfação | Apresentar o resultado e abertura | 10 de julho de 2023 |

Fonte: Autora (2024).

Efetivamente a coleta e produção de dados ocorreu durante as conversas direcionadas que ocorreram nos quintais dos moradores e pelas áreas comuns do povoado. Foram realizadas as conversas direcionadas com 4 moradores, e desta forma, todo o diálogo foi gravado e transcrito.

Cada morador avaliou a gravação para validar o material desta pesquisa. As conversas direcionadas e gravação audiovisual não ultrapassaram 30 minutos, mas a conversa prévia para entenderem os objetivos da pesquisa levaram em média 45 minutos, gerando 28 audiovisuais. Este quantitativo foi suficiente para alcançar as informações necessárias e relevantes para pesquisa, e o mais importante: respeitando o tempo disponibilizado por cada participante.

Para melhorar a organização, a realização das conversas seguiu um roteiro (anexo 1). Este roteiro continha os objetivos de pesquisa, orientações gerais e orientações para gravação do vídeo para apoiar a pesquisadora manter-se no tema de pesquisa. Desta forma foi gerado um audiovisual com aproximadamente cinco minutos que proporcionou capturar imagens do

povoado, e observar o comportamento e as respostas dos moradores para as os temas direcionadores, conforme anexo 2.

4.3.3 Participantes da Pesquisa

A pesquisa contou com 4 participantes diretos, sendo dois responsáveis pela associação de moradores. Os outros dois são associados que representam bem as principais características dos moradores locais: um pescador e uma dona de casa. Estas pessoas possuem características e vivências que contemplam o perfil do povoado.

O interesse por um número maior de pessoal era existente, mas dificultado com os eventos já citados na introdução dessa pesquisa

É importante também acrescentar que se considerou que estes moradores tivessem mais de 5 anos de moradia fixa no povoado, e acesso à internet. Os participantes são pessoas que se caracterizam por morarem a mais de 20 anos no povoado, se diferenciam no grau de participação na associação local.

Mas para além disso, os moradores que compõem esta pesquisa são pessoas que influenciam a comunidade por possuírem um número considerável de moradores em suas residências e possuem mais de 40 anos morando em Arraial.

Quadro 3: Participantes da pesquisa

| Nome | Ocupação | Contribuição |
|---------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| Dona Sandra | Dona de Casa | Apresentou o povoado e as técnicas utilizadas para melhor qualidade da água de consumo |
| José | Pescador | Apresenta a rotina no Rio Mearim. |
| Sr Magno | Presidente da Associação e comerciante local | Responsável pela compra de combustível e por água mineral para consumo dos moradores |
| Sra. Aldenira | Dona de Casa | Moradora que apresentou da construção do sistema de distribuição da água |

Fonte: Autora (2023)

Reforço que o interesse em participar deste estudo está relacionado em acreditarem que o modelo de organização comunitária do povoado é o mais alinhado com valores de solidariedade, família e respeito ao território. Além de terem um registro sobre suas vivências no Povoado de Arraial.

Os moradores optaram e autorizaram o uso de seus nomes originais para a construção da pesquisa.

Ainda como fonte de dados, destaca-se a realização da técnica de observação direta na rotina do povoado. A coleta de dados, por meio da técnica de observação, tem como objetivo acessar informações utilizando os sentidos para buscar certos aspectos da realidade que ultrapassam os dados coletados numa entrevista. É uma ferramenta de investigação, com base na Antropologia. É uma forma de coletar dados que permite ao antropólogo compreender a cultura de um grupo humano de forma profunda e abrangente.

Para esta pesquisa, a observação participante foi o método de coleta de dados que possibilitou a investigação do comportamento do grupo sem me envolver diretamente. Este método possibilita que eu, na condição de pesquisadora, tenha acesso a dados e provas que os indivíduos - grupo da pesquisa - não tem consciência, entretanto, guiam o seu comportamento. A observação desempenha papel importante, pois obriga o investigador a estabelecer um contato direto com a realidade estudada (Marconi; Lakatos, 2002)

Nesta pesquisa, foram observados os elementos constitutivos para estratégia para enfrentamento da falta de água tratada - as técnicas; as fontes para retirada de água; o formato de organização; o tempo dedicado diariamente; as articulações entre moradores; a relação com o espaço físico; a importância do rio Mearim; o uso de terminologias próprias; o saber local.

Com o intuito de o maior acervo possível sobre o povoado e tratar o mais próximo da realidade as vivências coletivas. Assim, de forma resumida, temos 2 materiais analisados neste estudo:

- 1) Diário de campo com anotações sobre as comunidades do entorno, observações sobre a paisagem, escutas e observações não participantes;
- 2) Audiovisual produzido com intuito de ter um material sonoro e visual com as narrativas de 4 moradores que respondem a pergunta norteadora: Como é a rotina dos moradores para o acesso à água segura?

4.3.4 Pesquisa Documental

O Levantamento documental constituiu foi desenvolvido de novembro de 2020 a dezembro de 2022. Este envolveu a investigação histórica sobre a relação sociedade-natureza, a contextualização da ocupação de moradores em povoados e comunidades no interior do Maranhão; o avanço do corredor logístico devido a mineração no Estado do Maranhão; a falta de saneamento rural e as implicações sociais. Ainda, a pesquisa se voltou para a temática do

acesso à água, com foco na compreensão sobre as estratégias locais para o enfrentamento da falta de água em povoados rurais.

A pesquisa documental envolveu alguns documentos e relatórios técnicos do Instituto de Inovação Vale e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que é um instituto de pesquisa sobre mineração de áreas impactadas direta e indiretamente pela Vale, mineradora brasileira.

4.3.5 Procedimentos éticos da pesquisa

Todos os preceitos éticos que envolvam a pesquisa com seres humanos foram respeitados, conforme dispõe a resolução 510 de 7 de abril de 2016, do sistema CEP/CONEP Comitês de Ética do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa instância máxima de avaliação ética do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Para o desenvolvimento deste estudo foi solicitada avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e teve a sua aprovação sob o parecer nº 5.286.608 de 11 de março de 2022.

As participantes receberam o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE), em formato de documento (ANEXO I), contendo os objetivos, a metodologia, na qual os dados gravados e os produtos para uso com fins científicos foram autorizados, e informado os riscos e benefícios da pesquisa.

As informações sobre a opção de desistir a qualquer momento, sem ônus algum, conforme dispõe os itens de I a X do artigo 17 da Resolução 510/2016 foram informadas. O documento do RCLE foi disponibilizado no momento do convite aos moradores, feito por contato telefônico e no momento da pesquisa em campo. O registro teve formato misto: texto, leitura e gravação.

O RCLE foi lido na Associação de Moradores de Arraial, e depois individualmente com os participantes com objetivo de termos a plena compreensão das informações.

Os moradores concordaram em participar da pesquisa, seja por meio da fala, escrita, imagem ou outras formas que respeitam as características dos participantes, conforme dispõe o artigo 15 da Resolução 510/2016.

Nesta pesquisa, a busca para entender as estratégias locais do povoado de Arraial, no interior do Maranhão, para garantir o acesso à água, se deu a partir da investigação das experiências vividas e narradas por seus moradores, participantes desta pesquisa.

As conversas direcionadas foram combinadas com gravação de audiovisuais, e ofereceram suporte metodológico para esta finalidade. Desta forma, de acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2007, p.80) busca-se na análise de dados sentidos das falas e das ações para se chegar a uma compreensão ou explicação que vão além do descrito e analisado.

4.3.6 Análise dos dados

Para realizar a análise dos dados foi utilizada a abordagem de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Com base nos discursos dos moradores participantes desta pesquisa, foi possível verificar as hipóteses e as descobertas que estão nas entrelinhas de cada exposição falada. A análise de conteúdo considera a mensagem, ou enunciado, como a unidade de significação do texto analisado e consiste na descoberta de núcleos de sentido que constituem a comunicação e cuja frequência de aparição tem significado para o objetivo analítico.

Na análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), inicia-se pela aproximação com o material a ser estudado, de forma que comecem a emergir as ideias relacionadas às primeiras unidades de sentido. Estas unidades podem ser palavras, expressões, temas etc. que guiam na busca por informações contidas no material de coleta. A análise de conteúdo revelou neste estudo aspectos que não são óbvios num primeiro contato com os enunciados (Bardin, 2011).

Esta metodologia de análise remete a um instrumento analítico interpretativo, em que os conteúdos do material são descritos por três etapas sistemáticas, classificadas como pré-análise, exploração do material e, por fim, as inferências e interpretações (Oliveira *et al.*, 2003; Dominghini; Ortigara, 2010; Bardin, 2011).

A primeira etapa, pré-análise, foi desenvolvida a partir das ideias iniciais expostas pelo referencial teórico e assim estabelecer os marcadores para a interpretação das informações que foram identificadas. Foi possível apresentar o audiovisual aos participantes da pesquisa com objetivo de aprofundar a compreensão das mensagens recorrentes e alguns padrões de comportamento para uma transcrição mais fidedigna.

Nesta fase foi feita uma leitura flutuante que permitiu evidenciar uma sistematização de ideias preliminares diante da investigação, que enalteceram as próximas fases bem como a construção do texto de análise desta pesquisa.

Ainda nesta fase, todos os documentos obtidos na pesquisa (entrevistas e diário de campo) foram analisados obedecendo ao critério da exaustão, o qual frisou todos os elementos possíveis: a homogeneidade, o agrupamento de concepções, e a pertinência dos dados coletados com a finalidade de trazer significados aos nosso objetivo.

Diante da escolha dos documentos, foi possível traçar os objetivos e fazer levantamentos hipotéticos deste estudo. Assim, o objetivo foi propor uma reflexão direcionada aos resultados e subsidiar um quadro teórico. Quanto à hipótese, esta é uma afirmação transitória a que nos propomos constatar (confirmar ou informar), recorrendo aos processos de análise. Trata-se de uma proposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros (Bardin, 2004)

Neste estudo, o objetivo geral consiste em compreender as estratégias locais para enfrentamento da escassez da água potável em um povoado no interior do Maranhão. Nessa conjuntura, os documentos analisados versam a tônica de tentarmos elucidar fontes pertinentes no objetivo: a análise do formato e o processo de organização e estratégias locais para o enfrentamento da escassez da água em um povoado

Após a pré-análise, chego à elaboração dos indicadores, que são elementos de marcação para permitir extrair das comunicações a essência de sua mensagem. Nesta etapa, ocorrem as operações de divisão do texto em partes.

Há comparações de categorização para análise temática e de algumas das categorias. Diversas formas de codificação são empregadas para armazenar as informações (BARDIN, 2010).

4.3.6.1 A construção das categorias

Com vistas a responder ao problema e aos objetivos que a pesquisa de dissertação de mestrado se propôs, os dados coletados previamente foram analisados, por meio da análise categorial, que, conforme Bardin (2011), consiste no desmembramento do texto em categorias agrupadas analogicamente.

Criar categorias foi a melhor alternativa já que já o objetivo era estudar opiniões, atitudes, crenças, valores, comportamentos por meio de dados qualitativos. Logo, a interpretação dos dados se deu pelo método de análise de conteúdo, com o alicerce da observação participante.

O processo de formação das categorias se concretizou da forma prevista por Bardin (1977), após a seleção do material e a leitura flutuante, a exploração foi realizada através da codificação.

A codificação se deu em função da repetição das palavras, que uma vez triangulada com os resultados observados, foram constituindo-se em unidades de registro, para então efetuar-se a categorização progressiva, ou seja, processo se iniciou com uma categoria geral que foi dividida em categorias mais específicas.

4.3.6.2 Categorias Iniciais

As categorias iniciais apresentam as primeiras impressões acerca da realidade do povoado de arraial. O audiovisual possibilitou um registro que seguiu um roteiro semiestruturado, onde foram identificados o formato que armazenam e acessam a água para consumo doméstico; como fazem com descarte do lixo e gestão de seus resíduos; os espaços de convivência (igreja, associação) e até a casa de farinha, que é o empreendimento local, muito comum em comunidades rurais.

É na casa de farinhas que ocorre a transformação da mandioca em farinha e na maioria das vezes é a principal fonte de renda e de alimentação dos moradores. A paisagem do povoado é marcada por casas de alvenaria, em sua maioria, que se localizam em frente ao Rio Mearim. A maioria das casas possuem varandas, e este se configura como principal espaço de convivência entre os moradores.

Também produto do audiovisual, foi possível registrar as conversas direcionadas, que também seguiram o modelo semiestruturado. As conversas semi estruturadas permitem que o pesquisador obtenha informações detalhadas sobre o ponto de vista dos participantes da pesquisa, bem como suas experiências e percepções.

Segundo A. Bryman (2004), em seu livro *Social Research Methods*, as conversas semiestruturadas como "uma forma de entrevista que envolve uma lista de tópicos a serem abordados, mas que permite que o entrevistador faça perguntas adicionais ou siga os insights fornecidos pelo entrevistado".

Surgiram da codificação das conversas direcionadas que foram transcritas, um total de 14 categorias. Cada uma constitui-se dos trechos selecionados das falas do sujeito de pesquisa, e também, com o respaldo do referencial teórico, a narrativa do povoado, e desta forma resolvi expor no quadro a seguir a palavra dita pelo entrevistado/ morador e sujeito da pesquisa, e qual palavra teria relação. Sendo que nem todas as unidades de registro precisaram de correlação, por já serem autoexplicativas:

Quadro 4: Categorias

| Categorias Iniciais | Contexto Direcionador |
|-------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Conhecimento | “conhecimento do que existe aqui” “entendimento. |
| 2. Dia a Dia, “da lida” | é o que sustenta o tempo, “aquilo que faz”; “ o que não pode deixar de fazer” |
| 3. Saber que a gente aprende aqui | “o que a gente faz na nossa terra” |
| 4. O povoado é nossa história | o jeito que nos relacionamentos com nosso povoado |
| 5. Demos nossos pulos | “nos organizamos com o que temos” |
| 6. Não se aquietem | “a gente faz tudo” |
| 7. Nosso bem de todos, Uso de todos | “nosso compartilhar”, ‘não pode falar pra ninguém “não é só meu” |
| 8. È a gente por nós mesmo | Comunidade |
| 9. Compartilhar, pra todo mundo | Senso de Comunidade |
| 10. Apegado | “nasci aqui, criado aqui, só saio quando acabar” |
| 11. Orgulho | “não tem lugar melhor ““eu sinto orgulho” |
| 12. Família/Vizinhos | “aqui todo mundo é uma família só” |
| 13. Associação de Moradores | “à associação reúne todo mundo |
| 14. Tempo de Moradia | |

Fonte: Autora (2023).

4.3.6.3 Categorias Intermediárias

As primeiras categorias foram criadas e nomeadas em conformidade com a fala do entrevistado, mas infere-se aqui a subjetividade na condição de pesquisadora, entretanto com o cuidado de transcrever e permitir a forma fidedigna das expressões oriundas do regionalismo, e expressões locais. No quadro acima, as 14 categorias iniciais permitiram o agrupamento de 3 categorias.

Tais categorias estão pautadas nas narrativas dos entrevistados, observações registradas em diário de campo e gravadas no audiovisual. Sendo possível, destacar alguns trechos:

Sr Magno explicando a rotina de compra de água mineral: “nosso objetivo é só botar a água para gelar e todo mundo **compartilhar**”.

Sra. Sandra, descrevendo os moradores de Arraial: “a maioria são **famílias**, são familiares mesmo de longas datas”.

Fala de um dos moradores em reunião de associação: “à água do rio já **não dá pra se utilizar** para gente beber”.

Sra. Aldenira descreve como estabeleceram o sistema distribuindo água: “o motor já era o que a gente já tinha. o motor da **associação**”.

Dona Sandra explicando que saberes e técnicas usadas para filtrar a água: “a gente uso Qboa para cuidar da água, mas não conformada eu coloco também algumas pedras de carvão... essa carvão é fabricado aqui mesmo, aqui no povoado, a **gente mesmo queima a casca do coco babaçu!**”

Resposta de Sr José, pescador, quando pergunto se ele ainda bebe água direto do rio: “a gente **bebe** a água que a gente filtra”.

Senhor Edinaldo, uma das lideranças comunitárias quando pergunto sobre a qualidade da água do Rio Mearim: “não é potável **mas quem dera muitos tivesse** uma água dessa”.

Resposta de Sr José e Sr Magnus sobre como se organizam para acessar água boa para consumo: “**aqui é a gente por nós mesmo**”.

Um morador contando como adaptaram a caixa de água: “**Demos nossos pulos** para ter uma associação funcionando a muitos anos”.

Sr Magno, quando perguntado sobre a importância das mulheres na associação: “todo mundo aqui tem **conhecença** da importância das coisas, mas as mulheres tem maior **conhecença** do povoado, elas cuidam das coisas, sempre tão aqui”.

Ao contar sobre a definição de um sistema de abastecimento de água gerenciado pela comunidade com água bruta do rio, Dona Aldenira respondeu: “No início eu não concordei, mas aí fomos **pela maioria**”.

Sr José ao narrar a relação com Rio Mearim: “ o povoado é nosso patrimônio, e a **água é o bem que todo mundo usa**”.

Fala de uma moradora quando pergunto se entende ser difícil morar em Arraial: “Eu só saio de Arraial quando morrer. O povoado é **história da gente**”.

Aqui nós entendemos que não tá bom, mas tem também *a **conhecença** que a gente pode melhorar!*”.

“É sou **apegada** ao meu povoado...eu nasci aqui”

Quadro 5: Categoria Intermediária

| Categoria Inicial | Conceito direcionador | Categoria Intermediária |
|-------------------|-----------------------|-------------------------|
|-------------------|-----------------------|-------------------------|

| | | |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------|
| Conhecimento | Evidência o conhecimento, consciência | Construção e vivências no território. |
| Demos nossos pulos (Autonomia e Autogovernança) | Capacidade de gestão própria | |
| Identifica com o povoado (Territorialidade) | construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana | |
| Apegado, apego | ligação emocional com a terra | |
| Orgulho | satisfação e autoestima | |

Fonte: Autora (2024).

O próximo quadro apresenta a segunda categoria intermediária: Organização social do povoado. Essa categoria de análise compreende o processo de ocupação e a relação social com o povoado de Arraial:

Quadro 6: Segunda Categoria Intermediária

| Categorias Iniciais | Conceito Direcionador | Categoria Intermediária |
|-------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| Compartilhar (sendo de comunidade) | o relacionamento entre os moradores para a organização das atividades do cotidiano | Organização social do povoado |
| voltar a palavra da categoria inicial - bem de todos. | compartilhado por todos, que beneficia todos e que é importante para o bem-estar da comunidade como um todo. | |
| damos nossos pulos (autogestão) | tomar suas próprias decisões e agir de acordo com elas. Se organizar com as ferramentas que possuem | |
| Não se aquieta | ato de tomar parte, se envolver | |
| Rio Mearim | Afluente, rio principal que margeia todo povoado | |

| | | |
|------------------|--------------------------------|--|
| Tempo de moradia | o tempo de ocupação no povoado | |
|------------------|--------------------------------|--|

Fonte: Autora (2024).

A terceira categoria intermediária: Contratualidade político-cultural se refere às ações formais e informais, explícitas ou explicitadas com objetivo de estabelecer a cooperação e o desenvolvimento das relações socioculturais. O que se percebe em Arraial são acordos que permeiam as relações por muitos anos, onde há obrigações formalizadas e outras tão edificadas nas relações sociais que mesmo não formalizadas, funcionam de forma organizada e “oficial”.

Quadro 7: Terceira categoria intermediária

| Categorias Iniciais | Conceito Direcionador | Categoria Intermediária |
|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Associação de Moradores | a forma de organização social | Contratualidade político-cultural |
| Saber da gente, saber adquirido no povoado | O conhecimento e técnicas usadas que são práticas regionais | |

Fonte: Autora (2024).

As categorias apresentadas amparam a construção das categorias finais. A construção final é formada por duas categorias denominadas: *A água - o bem comum que organiza o cotidiano*; e *A Importância da participação consciente e Territorialidade para estratégias comunitárias para enfrentamento da escassez da água*. Estas categorias serão exploradas na próxima seção de resultados. As categorias finais são a representação de todo processo de interpretação que é representado pelo quadro - esquema abaixo:

Quadro 8: Processo de Interpretação

| Categoria Intermediária | Conceito Direcionador | Categoria Final |
|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Construção e Vivências no povoado | Apresentação do histórico de ocupação, a forma de viver e os símbolos dos povoados | A água - o bem comum que organiza o cotidiano |
| Organização Social do Povoado | Como se organizam no espaço geográfico e se autodenominam | A importância da participação consciente e da territorialidade para estratégias comunitárias para o enfrentamento da escassez da água |
| Contratualidade político-cultural e a autogestão | membros da comunidade compartilham um conjunto comum de valores e normas | |

Fonte: Autora (2024).

Em resumo, para a elaboração do quadro abaixo, foi necessário seguir alguns passos. Inicialmente, foi fundamental a leitura e a releitura dos dados coletados que tiveram suporte de imagens. A categorização temática foi alinhada com os objetivos de pesquisa, que foram representados por temas oriundos de padrões identificados nos dados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. A ÁGUA - O BEM COMUM QUE ORGANIZA O COTIDIANO

Na categoria denominada *A água - o bem comum que organiza o cotidiano* apresentará um histórico das construções e vivências do povo e como a relação do cotidiano com a organização social de uma comunidade é fundamental, pois as interações diárias, as normas e as expectativas moldam a dinâmica da estrutura social de Arraial.

A imersão no povoado oportunizou entender como se configura o cotidiano dos moradores. O cotidiano é marcado por inúmeros elementos que formam as subjetividades do grupo como a cultura, religião, experiências vividas, entre outros (Bourdieu, 1984).

Há um compartilhamento do modo de vida, história, cultura e uma rede de apoio mútuo, a partir da confiança de que não estão sozinhos diante das problemáticas vivenciadas (García, Giuliani e Wiesenfeld, 2002), em torno das questões da água. É notório o senso de comunidade nas conversas com os moradores, como identificado na "lida diária" - como eles compreendem o envolvimento em atividades cotidianas para o tratamento da água, sedimentando as relações de interdependência e solidariedade tendo o Rio Mearim um dos fatores determinantes para a ocupação e a configuração social do povoado, bem como o compartilhamento de preocupações e anseios.

Segundo os mais antigos moradores de Arraial, a ocupação ao longo do Rio Mearim ocorreu com a prática da agricultura, pesca e pecuária. Nunca foi questionada a qualidade da água e a possibilidade de seu fim. A mudança da percepção sobre a disponibilidade dos recursos naturais ofertados se inicia a partir das memórias coletivas que apontam a mudança de paisagem com o aumento populacional e a chegada de empreendimentos.

Ainda com base nas informações dos, mais velhos, a qualidade da água de anos passados, a água de hoje tem outra cor, sendo muito mais salobra. E a partir dessa percepção, o povoado inclui práticas para melhoria da qualidade da água, entendendo que seria o melhor a fazer pela saúde de todos.

Nesse contexto, os moradores do povoado assumem uma postura ativa - uma posição epistemológica crítica - buscando compreender e transformar a realidade que estão inseridos. Esse processo de conscientização proposto por Freire (1980) é fundamental para a emancipação e para a construção de uma visão crítica e transformadora da realidade.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (Freire, 1980, p. 26).

Logo, o que temos são pessoas comuns como agentes de transformação, detentoras do saber prático e que se reinventam para construção de uma vida digna (Dussel, 1973). Onde as táticas para melhoria da qualidade de vida são factíveis devido à capacidade de diálogo entre os moradores, que resulta o empoderamento nas tomadas de decisões que priorizem o coletivo (Freire, 1980)

Desta forma, por meio de trabalho em conjunto, e compartilhamento aguçados por relações marcadas por afeto, laços de família e propósito comum que se constrói uma atmosfera de troca e solidariedade, na qual se estrutura, conforme o teorema de McMillan e Chavis (1986), por quatro dimensões: a integração e satisfação das necessidades; a filiação; a influência e o compromisso.

Na dimensão integração e satisfação das necessidades, é possível pontuar que o povoado de Arraial entende que existem necessidades e apesar de não estarem integralmente atendidos, se mobilizam para o objetivo: a água e seu acesso com qualidade. A mobilização comunitária para manutenção desta água possibilita um ambiente de relações satisfatórias.

A dimensão filiação está relacionada à associação de moradores, que de forma específica promove o sentimento de pertencimento ao movimentar os moradores para debates, integrações, eventos dentro das temáticas que se relacionam com o bem comum. As duas últimas dimensões citadas: influência e compromisso estão relacionados com o poder de comunicação, diálogo, participação de todos, voz ativa do coletivo, colaboração que aumenta a percepção de uma comunidade coesa.

As quatro dimensões citadas são tangíveis, porque embora os moradores de Arraial, não usem o termo “ comunidade “ para se autointitular, o arranjo comunitário é o que fundamenta o cotidiano desses habitantes, sendo percebido nos valores compartilhados, nas relações interpessoais, nas divisões de tarefas, na forma que dialogam a respeito da coletividade (Martín-Baró, 1986).

O Rio Mearim reforça ainda mais os valores da comunidade, é um dos principais cursos d'água dos municípios do interior do Maranhão. Ele é elemento vital para vida e bem - estar

que transcende a dinâmica de dimensão física e assume a forma de bem comum, como definido por Elinor Ostrom (1990). sua importância como recurso essencial natural essencial e catalisador das ações coletivas e a governança o torna protagonista das relações estabelecidas no cotidiano do povoado.

Além do consumo da água, este manancial é o meio de deslocamento de pessoas e de cargas. Este deslocamento conta com apoio de balsas feitas de madeiras impulsionadas pelas velas e por motores de pequeno e médio porte do povo do Mearim.

Embora as balsas sejam elementos da cultura e da economia do povo ribeirinho do Rio Mearim, seu uso crescente gera preocupações sobre a poluição ambiental devido a algumas condições como: falta de sistemas de saneamento básico nas comunidades; vazamentos e derramamentos de combustíveis e óleos lubrificantes durante o uso e a ausência de manutenção das balsas que contaminam as águas; O ruído excessivo gerado pelos motores das balsas pode perturbar a fauna aquática, especialmente os peixes, que dependem de sons para comunicação, reprodução e navegação que é agravado pela injustiça social provocada pela mineradora Vale S.A, instalada na região.

Em 2016, a empresa Vale S.A. utilizou seis balsas para auxiliar na construção da ponte ferroviária da Estrada de Ferro Carajás sobre o Rio Mearim. Após a conclusão da obra, as balsas foram abandonadas no rio, causando uma série de impactos socioambientais e gerando grande insatisfação nas comunidades ribeirinhas.

Em 2017, o Ministério Público do Maranhão, MPMA, ajuizou uma ação civil pública contra a empresa, exigindo a retirada das balsas e a reparação dos danos causados. A Vale ainda não removeu todas as balsas do Rio Mearim. As comunidades ribeirinhas e de várzea continuam pressionando a empresa para que a situação seja resolvida o mais rápido possível.

A mobilização das comunidades ribeirinhas e a ação do Ministério Público foram essenciais para pressionar a Vale a tomar medidas para remediar os danos causados. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir a completa remoção das balsas, a recuperação ambiental do Rio Mearim e a justiça social para as comunidades impactadas.

A Vale, por meios de ações de relacionamento institucional estabelece agendas de visitas e reuniões para manter uma aproximação amistosa com o povoado, que entende ser importante estarem abertos ao diálogo.

Em 2019, por meio da área de investimento social privado e em conjunto com outros parceiros, a Vale visitou a comunidade para identificar o potencial de criar tecnologias sociais para armazenamento da água, por meio de cisternas. Em 2022 nenhuma ação em prol ao acesso a água foi concretizada e ao ser questionado, o presidente da comunidade, Sr Magno, ressalta

que a ação parecia interessante, mas já tinham conhecimento das cisternas em outras comunidades. E completou: “sabemos que tem muita coisa que pode ser feito, tenho esperança em algo bom pra gente, mas prefiro junto das mulheres e os outros moradores fazer do jeito que achamos bom”

A análise das oportunidades de parcerias que surgem no povoado pelo presidente e líder comunitário faz emergir a conscientização como pilar fundamental para o sucesso dos processos participativos (Arnstein, 1969). Sob a ótica da Escada da Participação, uma ferramenta analítica, a transposição acrítica de soluções pode ser vista como uma forma de colonialismo cultural que ignora a autonomia e o saber local do povoado, comunidade. Essa abordagem acrítica, frequentemente impulsionada por agentes externos, pode gerar resultados negativos e comprometer o desenvolvimento autônomo e sustentável das comunidades.

É necessário buscar soluções contextualizadas e participativas que considerem as especificidades e o conhecimento tradicional de cada comunidade e isto está incluído na mensagem do presidente da comunidade, que evidencia que prefere a autonomia do povoado a ações sem validade para as expectativas dos moradores.

Desta forma, seguem o cotidiano mediado pela necessidade de definir o que é água de beber - ou o que chamam água de consumo - e o que é água para a lida, para as atividades domésticas, indicando a preocupação com saúde e insegurança sobre a qualidade do recurso hídrico existente. A classificação de água para beber, e para “lida” não tem base em estudos clínicos que indicam a patogênese da água. É de forma visual que notam a água menos límpida e carência de peixes, classificando o estado de consumo da água, bem como das estratégias alternativas para a sua manutenção.

Para além da água que irão consumir, o povoado entende e se projeta conforme as épocas de cheias do Rio Mearim. Cheias que dificultam a moradia, mas não impedem a permanência destas famílias.

A cheia do Mearim representa um evento cíclico e parte da vida do povoado rural. Mais do que um mero transtorno ou desastre natural, as cheias são integradas à rotina e à identidade do povoado, moldando a relação das pessoas com o meio ambiente e com o tempo.

E este relacionamento que é amparado pelo conhecimento acumulado pela vivência de décadas no entorno do Rio Mearim que é transmitido pelos mais antigos aos mais novos assume papel na sobrevivência e na solidez da gestão da água para consumo. Essa sabedoria ancestral que fortalece as relações com meio ambiente, oferece estratégias valiosas para lidar com o desafio da escassez da água.

Destacar a água como organizador das relações cotidianas tem como fundamento a compreensão deste elemento como fluxo essencial para vida do povoado, que através da cooperação, responsabilidade individual e coletiva e da busca por soluções, o povoado interage em seu dia a dia para manutenção de sua existência. E entendendo a problemática da falta de água segura para consumo, ou seja, a escassez da água para consumo, o povoado opera cotidianamente em função do acesso e do tratamento, ainda que de forma caseira, da água que possuem disponível.

O sistema de abastecimento utilizado e acompanhado durante o estudo é fruto de diversas tentativas para acessar a água de forma mais confortável, e as soluções para o consumo de água tratada são base de conhecimentos locais e muita experimentação em busca de melhorias. Deixando evidente que em Arraial, a construção da vida cotidiana busca a superação e a emancipação por meio de soluções que melhorem a qualidade de vida (Lefebvre, 1974)

E por outro lado, ao pensarmos sobre Rio Mearim, como bem comum, compreendemos que esta configuração está interligada por diversas razões que abrangem aspectos físicos, sociais, ecológicos e até jurídicos. Essa caracterização implica em responsabilidades e desafios para a gestão sustentável deste recurso vital.

Elinor Ostrom, primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, juntamente com Oliver Williamson, por seu trabalho na área de organização de cooperação e governança econômica, demonstrou através de estudos empíricos que a auto-organização e a colaboração entre os usuários é possível alcançar a gestão sustentável de bens comuns.

Os estudos de Ostrom desafiaram o pessimismo da "Tragédia dos Bens comuns", elaborada pelo ecologista Garret Hardin (1986), que entende que com crescimento populacional e o livre acesso, resultaria na superexploração de recursos finitos, provocando o seu fim.

Entretanto, Ostrom, revisitando a obra de Hardin em 1999, identifica que a tragédia dos comuns não é tão prevalente ou tão difícil de resolver como Hardin sustentou, uma vez que os moradores frequentemente criam soluções para o problema dos comuns; porém ocorre que, quando os comuns eram tomados de assalto por indivíduos não-locais, essas soluções deixavam de ter aplicação efetiva.

A teoria de Ostrom teve um impacto significativo na compreensão e na prática da gestão de recursos comuns. Seus insights desafiaram o pessimismo de Hardin, por considerar a complexidade das interações humanas e dos sistemas sociais, especialmente em relação às estruturas institucionais e culturais que podem influenciar o comportamento de um povoado em relação aos seus bens comuns.

Em sua obra “Governando os Bens Comuns: A Evolução das Instituições para Ação Coletiva”, em tradução livre), publicado em 1990, Elinor Ostrom identificou oito princípios que contribuem para a gestão eficaz do recurso que é possível relacionar com as soluções estabelecidas pelos moradores de Arraial.

Para a autora tais princípios se referem a condições essenciais para manutenção do bem comum e na manutenção do recurso hídrico (Ostrom, 1990). Assim, foi possível identificar uma correlação das ações e soluções praticadas pelos moradores, e os oito princípios, conforme quadro 9:

Quadro 9: Correlação dos 8 princípios de Ostrom e o Povoado de Arraial

| Princípio | Solução do Povoado |
|--------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Limites de uso | definição clara e adaptáveis sobre o uso do rio. Com a criação de um sistema de abastecimento de água bruta (água direta do rio sem tratamento) |
| Regras de apropriação e uso | O sistema de abastecimento é ligado duas vezes ao dia para atender às casas. As famílias reservam a água de forma individual, mas a gestão do Sistema é abastecimento é coletiva |
| Organização do Usuários | Fidelização e manutenção da associação de moradores |
| Monitoramento | Vistoria do sistema de abastecimento pelo líder comunitário, mas ainda não apontam uma rotina para o monitoramento |
| Mecanismo de Sanção | Não há estabelecido regras claras para famílias que não preservam ou participam do grupo instituído para gestão do povoado |
| Resolução de Conflitos | Mecanismos para resolução de conflitos, como por exemplo, assembleias para definição de objetivos comuns e consultas comunitárias; |
| Reconhecimento dos direitos de propriedade | É o reconhecimento dos espaços individuais e os espaços coletivos do povoado. |

| | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| investimentos na infraestrutura | Investimento e manutenção do sistema de distribuição de água no abastecimento de água mineral gerenciado pelo coletivo de moradores. |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Autora (2024).

De forma orgânica, as tratativas e organização do povoado em prol do bem comum são oriundas e estruturadas pelo Rio Mearim, tendo a água como principal fluxo da vida, reforça ao longo dos anos a importância da comunidade na gestão eficaz dos recursos e a promoção da participação para tomada de decisões.

5.2. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE E DA TERRITORIALIDADE PARA ESTRATÉGIAS COMUNITÁRIAS PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA

A psicossociologia destaca o papel da ocupação, do território e da territorialidade na construção da identidade e da subjetividade dos indivíduos. O espaço que ocupamos é uma extensão de nós mesmos, e ele influencia a forma como nos vemos e nos relacionamos com os outros. Sobre a ocupação, os primeiros moradores de Arraial priorizam um espaço para a manutenção das famílias, e o acesso aos recursos para a vida cotidiana, como água, enquanto uma prioridade secundária. Não que isso fosse menos importante, pois acreditavam que seria rapidamente suprido, tendo em vista ser uma região de passagem do Rio Mearim, natural oferta da flora maranhense, se destacando as palmeiras do babaçu e abundância em terra para explorar.

Com dezenas de anos de ocupação, este espaço se transformou em território de ações cotidianas. É interessante marcar essa transição, pois a diferença conceitual é sutil, mas a energia e simbologia presentes são relevantes (Santos e Silveira, 2006). A transformação do espaço em território é um processo dinâmico e contínuo, que ocorre por meio da ação humana. O espaço geográfico é o resultado da interação entre a sociedade e a natureza, e é constantemente modificado pelas atividades humanas. Quando a sociedade imprime sua marca no espaço, ele se torna um território (Santos, 2001; Sposito, 2004).

O território é um espaço socialmente construído, que é apropriado e utilizado por um grupo social. Ele é definido por uma série de elementos, como a cultura, a história, as relações sociais e as atividades econômicas. O território é, portanto, um espaço de identidade e de significado para o grupo social que o ocupa.

O espaço é anterior ao território e este se forma por meio daquele. O território resulta de uma ação conduzida por um ator que, ao se apropriar de um espaço, o território se apoia no espaço, mas configura-se como uma produção por meio dele.

Conseqüentemente, a territorialização do espaço ocorre por processos de apropriação, seja concreta ou simbólica (Raffestin, 1993). Enquanto isso, a territorialidade influencia a forma que as pessoas se relacionam com o espaço e o lugar e endossar o sentimento de pertencimento a um espaço constituído coletivamente por pessoas que comungam das mesmas simbologias e tradições. Na perspectiva da psicossociologia a territorialidade pode influenciar a construção da consciência das pessoas, uma vez que a apropriação e/ou domínio do território pode moldar a compreensão do mundo e do lugar que habitam.

A participação consciente se configura como um elemento crucial para a construção de uma territorialidade mais justa, sustentável e democrática. Através do engajamento ativo e da construção de um diálogo permanente entre os diferentes grupos sociais que ocupam um determinado espaço, é possível fortalecer os laços de comunidade, promover o desenvolvimento local e garantir que as decisões sobre o uso do território sejam tomadas de forma transparente e inclusiva (Santos, 2004).

Podemos dizer então, que a territorialidade é uma interessante abordagem para o mapeamento do uso da água, pois além de apontar a compreensão sobre os diferentes usos da água, também possibilita entender como a escassez da água afeta a jornada cotidiana de diversas populações, como o retratado na pesquisa junto ao povoado de Arraial. Além disso, auxilia no desenvolvimento de soluções para o uso da água. A participação consciente é base para a responsabilidade individual e coletiva, além de consciente incentiva o engajamento e a mobilização social em torno da defesa da água, promovendo a construção de soluções conjuntas.

O povoado de Arraial, por meio de associação de moradores, traça estratégias coletivas para gestão da água. Ter uma associação vigente, regular operando é uma resposta da força da interação entre os moradores e o espaço que ocupam. A associação é uma resposta coletiva do sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo território, e aponta o interesse crescente pela participação e tomada de decisão da comunidade.

Os benefícios da associação para territorialidade se refletem no fortalecimento da democracia, por garantir interesses coletivos em detrimento de interesse particulares - como a preocupação com a justiça social, pois a ação coletiva interage pela defesa do bem comum e a sustentabilidade ambiental identificado a todo tempo especialmente na fala das mulheres do povoado.

Contudo, este espaço associativo, com mais de dez anos de existência, com uma liderança masculina e com peso de ser o filho mais velho de um dos primeiros moradores da localidade, a associação ainda aparenta o modelo tradicional de poder embasado na questão de gênero. E sobre isto, não foi durante o estudo identificado nenhum incomodo pelas moradoras, ainda que a gestão da água, e de muitas outras funções que organizam a comunidade estejam basicamente centralizada nas mulheres. O que faz lembrar a máxima de Simone de Beauvoir publicada em seu Livro Segundo Sexo, em 1949: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. Entretanto, tal pensamento pode limitar ao espectro branco e, ou também ocidental de olhar o corpo e o querer feminino, sugerindo a necessidade de uma reflexão mais ampla e inclusiva sobre as dinâmicas de poder e gênero na comunidade.

Mas, já é possível frisar que a visão do patriarcado para mulheres varia dependendo da perspectiva adotada. Numa visão marxista, o patriarcado é considerado uma estrutura cultura de poder de gênero opressiva. No meio rural, o contexto inserido dos moradores de Arraial, o debate é ainda mais sensível pois há uma perpetuação de uma concepção cristã do homem, ser o patriarca, cujo existência está ligado a uma missão, função, honraria e liderança sacrificial. Assunto sensível que dependeria de um número amostral muito maior de mulheres, e inclusive, um debate importante de considerar informações geracionais.

Mas fato, observando o cotidiano da povoado, e como descrevem a condição do líder da povoado, o Sr Magno, presidente de Associação, ainda que tenha uma tesoureira (uma mulher) que tem uma função super estratégica para que seja possível o funcionamento do sistema de abastecimento de água, é visto de forma natura como líder da gestão do poder.

E como presidente da associação, ele segue suas articulações reforçando o seu território como lugar de afeto, memória e resistência, e criando uma sensação de gestão democrática com abertura de diálogo, mas com uma gestão com forte apelo paterno.

Mas, de alguma forma funciona para o que eles buscam: ppela associação que os moradores pagam uma taxa para manutenção do sistema de distribuição de água e a compra da água mineral gerenciada pelo Sr. Magno, e é também pela associação que se concentram todos os debates sobre a questão da água, como boa prática de gestão participativa.

Figura 7: Sistema de distribuição de água localizado em Arraial.



Fonte: Autora (2022).

O sistema de distribuição de água consagra a autogestão e a emancipação destes moradores, tendo em vista que decidiram pensar em soluções alternativas aderentes à realidade local, já que o poder público não ofertou soluções para acesso a água que fossem condizentes com as expectativas do povoado, e a mineradora Vale, principal empreendimento impactante na região, apresentou um projeto que era insuficiente ao impacto que eles mesmo causam na região.

A autogestão e o poder associativo se entrelaçam como ferramentas poderosas para as transformações da realidade local (Montezuma, 2022). Desta forma, a autonomia e ação coletiva reforçam as possibilidades de controle sobre o destino do povoado. Nesse cenário, os moradores de Arraial testam e questionam tecnologias sociais para acesso à água que conheceram em comunidades vizinhas e até em seu próprio território.

Uma das tecnologias foi a cisterna de captação de água da chuva feita de cimento. O ponto levantado pelas mulheres do povoado foi a dificuldade de manter as cisternas limpas, já que é necessário entrar dentro do equipamento para a higienização e a chance de rachar com a manutenção incorreta.

Figura 8: Cisterna de captação da água da chuva do povoado de Caçoada, vizinho de Arraial



Fonte: Autora (2019).

O poço artesiano foi uma alternativa para acesso no povoado de Arraial, entretanto o gosto de salgado da água acabou subutilizando a tecnologia, e hoje em dia está inoperante.

Figura 9: Poço artesiano



Fonte: Autora (2019).

Grupos do povoado, também por meio de assembleia deliberativa, decidiram pela compra de água mineral para consumo. A compra de água mineral é viabilizada com uma taxa mensal e o transporte é responsabilidade do presidente da Associação. A água mineral é um recurso definido para consumo humano.

Foi então, que o povoado viu que reestabelecer um antigo sistema de distribuição de água seria a melhor solução. Pois, utilizam a água bruta do próprio rio Mearim, que sempre foi a principal fonte de água para consumo na região. O sistema simplifica a rotina de coleta de

água, feita na maioria das vezes por mulheres, e as técnicas de purificação da água já eram conhecidas e práticas por muitos anos na comunidade.

A Associação de Moradores conduziu a reorganização do sistema de abastecimento de água, por meio de uma reunião convocatória para escutar todas as mulheres do Povoado de Arraial, assim relatou a Sra. Aldenira. Ela afirma que não acreditava na articulação para ativar um sistema antigo que ficaria sob responsabilidade da Associação, porém o projeto comunitário seguiu sua consulta e a aprovação da maioria.

Com o aceite do Povoado de Arraial para recuperação do sistema de abastecimento, foram utilizados os recursos dos próprios moradores e a criação de uma taxa mensal para manutenção. Logo, assumem a reestruturação, manutenção e distribuição da água.

O sistema é uma grande caixa d'água de dez mil litros que é alimentado pela água do rio, sem nenhum tratamento. Uma bomba garante a condução da água por canos, e leva água até o reservatório. Do reservatório, ainda por encanamento construído pela comunidade, as casas recebem a água de forma individualizada. Assim, a água é armazenada para o uso diário.

A bomba é ligada duas vezes ao dia com a intenção de abastecer as casas do povoado com água na torneira, as famílias enchem suas caixas individuais e outros reservatórios para garantir a água enquanto o sistema está desligado.

O relato de Dona Aldenira ao falar da rotina do uso do sistema de distribuição de água transmite a satisfação pela facilidade da água encanada, e a alegria de não ter que ir até às margens do rio para suas tarefas domésticas. Ao perguntar o que ela sentiu na época, ela responde fazendo alusão ao dia que chegou energia elétrica no povoado: “Foi igual quando chegou a energia...todo mundo ficou surpreso, todo mundo ficou alegre. Quando foi feito a instalação da energia foi uma comemoração com foguete e tudo...a mesma coisa foi a água!”

Figura 10: Dona Aldenira se apoiando no sistema de água do povoado



Fonte; Autora (2022).

A água do Rio Mearim com o sistema de distribuição consegue atingir as residências, sem a necessidade dos moradores - sobretudo as mulheres - irem até às margens do Rio. Mas, ainda há a preocupação com a água bruta, ou seja, encontrada natural sem nenhum tipo de tratamento ou processo de purificação, os moradores se munem de técnicas caseiras para purificar a água.

Dona Sandra apresentou sua caixa de armazenamento e detalhou como são os cuidados da água que acumula como salváguarda para o uso de rotina. Interessante, que ela dita de forma detalhada sua prática com a água a partir de uma receita que leva água sanitária com incremento do carvão ativado.

O uso de hipoclorito de sódio é conhecido e comum para purificação da água. Algumas comunidades que percorri, os agentes comunitários de saúde (ACS), orientam gotejar de duas a quatro vezes da solução de hipoclorito para cada um litro, e aguardar por 30 minutos a água em um recipiente fechado. Mas, na realidade, é notório o uso desenfreado do hipoclorito nas comunidades que na maioria das vezes não contam com um ACS, para melhores orientações. Além disso, a dona de casa também explica o uso do carvão para melhorar a qualidade da água. Os moradores utilizam as cascas do coco babaçu para produção do carvão que é mais uma técnica oriunda do saber local com estudos científicos que corroboram que a casca do babaçu é considerada uma forma mais sustentável para a purificação da água (Fernandes, 2010), especialmente em áreas onde o acesso a sistemas de tratamento convencionais é limitado, como o caso do povoado deste estudo.

Além da água armazenada e tratada de forma caseira, temos o uso do filtro de barro e outros modelos com a mesma lógica de funcionamento, é comum nas casas. Aliás, o filtro de barro se faz presente em lares brasileiros e é consagrado com a tecnologia social com melhor sistema de purificação, logo é a alternativa mais segura e barata presente no povoado.

A cerâmica porosa mantém a água fresca e a camada de carvão ativado e a camada de prata coloidal garante a capacidade antibactericida da tecnologia social. Ainda assim, Dona Sandra acrescenta um rigor na limpeza da vela, que é a peça por onde passa a água e ocorre a retenção de impurezas.

Figura 11: Dona Sandra higienização do filtro



Fonte: Autora (2022).

Para a manutenção do filtro, apresentada por Dona Sandra, é feita a lavagem manual onde é acrescentado o sal na intenção de esfoliar a vela do filtro. Na melhor das intenções, Dona Sandra acredita que como a água do Rio, que é a água que alimenta o filtro, é muito terrosa, o uso de um agente esfoliante ajudaria na manutenção do filtro.

Acompanhando o cotidiano das mulheres do povoado de Arraial, neste estudo representadas por Dona Sandra e Dona Aldenira representam a importância do saber local para a percepção e adequação de soluções adaptadas às condições da comunidade. O saber local, enraizado na experiência, assume o papel fundamental na manutenção da qualidade de vida, especialmente nesse contexto de acesso a recursos e serviços básicos é limitado.

Somada a isto é notório o quanto o processo democrático é parte das tomadas de decisão do Povoado de Arraial, por exemplo quando dona Aldenira relata a importância da escuta para definir o sistema de abastecimento de água, e a divisão de tarefas definidas com base no sexo.

Mais uma vez latente, a questão de gênero é importante ser evidenciada pois implica no comportamento, participação e a organização social do povoado para as estratégias locais para enfrentamento da falta de água para consumo.

Há uma funcionalidade que é perpetuada e defendida pelo líder, presidente da comunidade, Sr. Magno. Ele define a presença das mulheres como o cerne da discussão da gestão da água em Arraial, tendo como base o conhecimento e a experiência deste grupo e percebeu que permitir a liderança das mulheres no processo da gestão da água contribui para empoderamento e na eficiência de técnicas para potabilidade da água.

Entretanto, a divisão de trabalho, por mais que exista uma escuta e respeito às experiências, é ditada por uma estrutura social que afirma que mulheres estão no lugar de cuidar.

Podemos aqui estarmos envolvidos na falácia da escuta respeitosa, pois escutar e respeitar as experiências femininas não garante a transformação das estruturas de poder que as condicionam, além do vício do Tokenismo (Arnstein,1969), que seria a inclusão simbólica de mulheres sem questionar a divisão sexual do trabalho, reforçando estereótipos e silenciando outras vozes.

Neste aspecto, o poder participativo das mulheres para os arranjos e soluções para acesso a água com qualidade é ainda validado, entretanto, não é viável esquecer o impacto que é a tradicional divisão de tarefas e o quanto os moradores de Arraial compreendem este lugar que afetam sua condição no território.

A vista disso, vivenciando a organização social e a jornada diária dos moradores do povoado de Arraial, é possível dizer que o efeito da territorialidade, a participação ajudam a entender como um vilarejo isolado, e com poucas oportunidades para crescimento, consegue resistir as mazelas socioambientais e assim estabelecer soluções práticas para melhoria de qualidade de vida, tendo as águas do rio Mearim como organizador de seu cotidiano, tendo o saber local numa relação simbiótica com legado ancestral para práticas sustentáveis adequadas às diversas realidades que existem nos interiores do Brasil. Ademais, a Associação de Moradores representa o instrumento formal para que processos de tomada de decisão e de planejamento caminhem em prol de uma gestão democrática, e a colaboração de todos interessados do povoado.

O senso de comunidade pode influenciar a forma como as pessoas percebem e valorizam os recursos comuns, e pode ser um fator importante na promoção da participação ativa.

A água é o cerne da questão e o rio o bem que garante maior parte deste elemento, logo todos os encontros associativos que participei em campo teve a água como condutor. O comportamento dos moradores do povoado é que sem a organização social, sem a participação equilibrada e colaboração seria cada vez mais difícil garantir alguma qualidade de vida em Arraial.

È possível afirmar que os moradores de Arraial percebem que se não caminham para uma gestão participativa, conscientes e munidos de mecanismos mínimos para sobrevivência em Arraial, aquele povoado, que é o único abrigo que conhecem, poderia perder o sentido.

A autogestão, como alternativa para governança local para gestão dos recursos comuns, em especial para acesso a água é uma evidência de uma caminhada emancipatória e consciente, reforçando o movimento de “tomar posse da realidade” (Freire,1979a, p.16), que é tão presente e que fortalece a necessidade de se organizarem em uma associação de moradores e viverem em prol do comum.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minhas primeiras impressões sobre o povoado de Arraial estavam condicionadas ao que conhecia por meio de um olhar técnico de gestão de projetos, que não respeitava as subjetividades e singularidade do território. Assim, em meu início de pesquisa parto do pressuposto que aqueles moradores resistiam à ocupação territorial sem entender a responsabilidades do poder público; sem perceber o impacto da mineração no Rio que margeia suas residências; ou que aguardam uma boa oportunidade de trabalho

Em campo com os moradores do povoado de Arraial foi possível identificar um agrupamento com fortes laços familiares, identidade territorial, pertencimento que busca registrar a sua história, sempre no lugar de protagonista. São elementos que corroboram com minhas primeiras hipóteses que indaga o que faz a região ainda ser atrativa para a permanência daquele grupo. , e justificam o motivo de permanência numa região que mesmo carente do fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos, e a total ausência de saneamento rural .

Além disso, o povoado se encontra numa área de influência da mineração. Essa área é definida como o espaço suscetível de sofrer alterações como consequência da implantação, manutenção e operação do empreendimento ao longo de sua vida útil. É tangível pontuar pelo menos 3 efeitos negativos em ser um povoado localizado em uma área de influência, como, o desequilíbrio ecológico e perda da biodiversidade; a distribuição e mudança da paisagem natural e no caso do povoado de Arraial, o que é mais reivindicado pelos moradores, a poluição da água como superficial , quanto subterrânea.

Então é Vale. o principal empreendimento da mineração do estado maranhense, não ser citado como agente poluidor e nem discutido a responsabilização é no mínimo intrigante. e com avançar das observações em campo, foi observado que precisaria um aprofundamento no olhar, com cuidado de atender o que os moradores pediam: o relato sobre seu cotidiano para acessar a água, e por fim, enfrentar o risco de escassez.

A partir das observações em campo, comparando as falas dos quatro sujeitos de pesquisa, e as anotações diárias, foi possível compreender que a autogestão da água é sim uma resposta pela ausência do Estado, e a necessidade de pensar em mecanismo que respondem de forma rápida a necessidade das mais de 80 habitações do vilarejo. A associação de moradores se consolida como a entidade que maneja os interesses coletivos

e concentra a gestão financeira para que seja possível a compra da água mineral e a manutenção do sistema de distribuição da água.

Não há parcerias externas e nem interesse de seguir o modelo de acesso a água que é crescente na região, por motivos já citados: acessar a água por cisternas de captação de água da chuva é de difícil manutenção, segundo os moradores e água de poço artesiano, na região, apontou uma água de salgado, salobra que mesmo sem controle de índices de qualidade era possível ser identificado.

A água do Rio se torna uma atrativa e já parte do cotidiano dos moradores, que por base do saber empírico, cuidam, higienizam a água para consumo.

Resumidamente, o enfrentamento da escassez da água para consumo é gerenciado através do acesso a água por sistema de distribuição gerenciado pela associação de moradores, e a compra de água mineral.

Entretando, não há um debate sobre educação ambiental e sobre finitude do Rio Mearim, tendo em vista que o sistema de distribuição retira a água diretamente do Rio. Além do impacto da mineração, que é imensamente superior, a estratégia de acesso comunitário também é um risco ambiental. Segundo estudos de avaliação e impactos ambientais, como as bombas de retirada de água podem afetar negativamente a fauna aquática, além da degradação da mata ciliar. Apesar de toda uma intenção pela sobrevivência do Rio Mearim, os próprios moradores não possuem informações e estabelecimento de alternativas para preservação do seu maior bem comum.

Porém, é necessário assumir que não seria incoerente a responsabilização sobre a preservação do Rio, apenas ou até exclusivamente por um grupo de moradores afetados pelo descaso da Administração Pública e pressionados por um grande empreendimento minerário.

Até porque a Constituição Federal (BRASIL, 1988), e as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) e de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) asseguram a universalização do acesso aos recursos hídricos e aos serviços de saneamento, incluindo o abastecimento humano, inclusive às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados (BRASIL, 1997; 2007). Compete à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a implantação das ações de saneamento em áreas rurais em todos os municípios brasileiros. Mas o que temos como dado, segundo o Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (IBGE, 2010), existem cerca de 2.8 milhões de moradores em localidades rurais; a

aproximadamente 33% estão ligados a redes de abastecimento de água, com ou sem canalização interna. No restante dos domicílios rurais (66,8%), a população capta água de chafarizes e poços protegidos ou não, diretamente de cursos de água sem nenhum tratamento, ou de outras fontes alternativas, tais como cisternas, carros pipa, geralmente não atendendo aos padrões de potabilidade (BRASIL, 2011).

A busca pela autogestão da água, ainda que precário, é um sintoma das baixas ações governamentais e poucas parcerias aguerridas na causa.

Desta forma, além de ser um extrato do que ocorre em grande parte de comunidades rurais, o povoado de Arraial apresenta, por meio de seus aspectos psicossociais, um ambiente propício para uma organização social que entorno de seu bem comum, o rio Mearim, estabelece táticas, alternativas para o manejo de sua água.

Fato, que segundo a Constituição de 1988, a água é um bem coletivo e propriedade da União. União tem a responsabilidade de gerenciar e proteger esses recursos hídricos, e isso inclui apoiar os usuários, especialmente as comunidades. A gestão dos recursos hídricos exige um equilíbrio multiescalar, pois envolve a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades em diferentes níveis e instância. Não é o que ocorre, e conseqüentemente comunidades rurais, especialmente que não há interesse de investimento por parte do Capital, vivem o dilema de autogerirem de forma precária para resistirem em seus territórios.

E pensando em parcerias, gestão multiescalar, temos a Vale como grande empreendimento em todo território Maranhense. Em prol do relacionamento e condicionantes ambientais, a Vale possui uma agenda de relacionamento institucional com todas as comunidades de influência.

A Vale apresentou projetos para acesso água, que não foi acatado pelos moradores, como já citado. A aliança com a mineradora é algo receoso para o processo participativo latente no território. O que foi observado, é que há espaço para diálogo, desde que haja o respeito pelos interesses coletivos do povoado, e o diálogo seja estabelecido sem a existência de táticas de inclusão simbólica, ou seja, uma manipulação da falsa participação, e um falso processo decisório equilibrado.

Importante considerar que este resultado de pesquisa representa exclusivamente ao que se passa no Povoado de Arraial, que comparado às demais comunidades em seus arredores tem algumas características próprias que é uma organização social que os laços familiares são

estreitos e amistosos, logo a pesquisa apresenta uma visão homogênea que dá uma sensação de divergência de interesses, opiniões e motivações que abordam o existir de outros subgrupos.

Tais subgrupos quando questionados, se apresentavam como minoria, e como minoria, respeitavam a vontade da grande parte populacional de Arraial. Mas, não devemos ignorar que comunidades, de uma forma geral, podem ser tanto locais de opressão, quanto de libertação. Tendo em mente que podem reproduzir e perpetuar estruturas de poder desiguais, o que gera sofrimento e marginalização (Martín-Baró, 1986). Logo, para entender como as relações no povoado aparentam equilíbrio e uma gestão democrática, consideramos aspectos psicossociais e o contexto histórico e sociopolítico com os elementos possíveis de serem identificados em um estudo de campo por meio de observação não participante e conversas direcionadas.

Há outras questões que poderiam ser aprofundadas neste estudo, como a questão de gênero. As interações em campo realmente apresentaram uma harmonia na gestão composta pela figura de um homem, que consegue orquestrar a rotina do povoado envolvendo as mulheres para o debate da água

A prática tradicional em que as mulheres assumem a responsabilidade pelo manejo da água em suas comunidades, enraizada em estereótipos de gênero, tem impactos significativos na perpetuação da desigualdade de gênero e na limitação das oportunidades das mulheres. Essa divisão desigual de trabalho reforça papéis preestabelecidos e impede o pleno desenvolvimento e participação das mulheres em outras esferas da vida comunitária. No entanto, é necessário avaliar questões de cultura e história de ocupação antes de definir a partir de um olhar eurocêntrico ou a partir de uma conjuntura distante da realidade do povoado. É fundamental considerar a perspectiva das próprias mulheres do povoado, pois elas podem ter uma compreensão diferente da divisão de tarefas e do papel das mulheres na comunidade.

Em meu retorno, no final de julho de 2023, a comunidade seguia diálogo com outros atores externos com a preocupação da potabilidade da água. Este agente externo apresentou para comunidade casos de sucesso de construção de microssistemas para acesso a água potável, estabelecidos por meio de parceria público-privada. Assim, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS), em parceria com a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA), estabeleceu uma gestão multiescalar, ou seja: poder público, iniciativa privada e comunidade para a construção de um sistema de abastecimento de água. Essa parceria é finalmente o caminho para o que é defendido com gestão comunitária da água segundo estudos da FUNASA (2018), que defende o protagonismo comunitário na gestão dos

processos em prol da água, mas que responsabiliza a administração pública. Isso pode ser alcançado através do fomento de estruturas de poder decisório comunitário e a cooperação municipal, além do apoio de políticas públicas, empresas de saneamento e até institutos de pesquisas.

Arraial tem todo potencial em ser um piloto de boas práticas e fortalecimento de sua governança para que tenha robustez para manutenção e criação de sistemas de abastecimento que tenha monitoramento, manutenção e acesso a água, mas a água potável.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-26
- MARTÍN-BARÓ, I. **Para Uma Psicologia da Libertação**. In: GUIZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (Orgs.). *Psicologia Social Para a América Latina: O Resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea, 2009;
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRYMAN, A. *Social Research Methods*. Oxford University Press, Oxford, 2004.
- BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território**. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny, *Geografia cultural: Um século (3)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento** (2nd ed.). São Paulo: Edusp, 1984.
- CALADO, A. J. F. **O Cotidiano como tema de relações humanizantes / desumanizantes: a incidência da Educação Popular**. Revista Eletrônica Consciência.
- CASADORE, M; CASTRO, M. F. **Os problemas da desumanização, do assujeitamento e das resistências frente aos imperativos socioeconômicos atuais: considerações sobre as relações sociais e de trabalho**. Revista Espaço Acadêmico, 209(XVIII), 23-32, 2018.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia. Crítica y Emancipación**, (1): 53-76, junho 2008.
- D'AVILA NETO, M. I; JARDIM, G. de S. A fonte que nunca seca: o trabalho cotidiano de mulheres com a água no Semiárido. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 10, n. 1, p. 155-169, jun. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 22 mar 2023.
- DORIGO, T. A; FERREIRA, A. P. N. L. **Contribuições da percepção ambiental de frequentadores sobre praças e parques no Brasil (2009-2013): revisão bibliográfica**. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 4, n. 3, p. 31-45, 2015
- FERNANDES, K. D. N. **Uso de Carvão Ativado de Endocarpo de Coco no Tratamento de Água. Artigo Técnico Científico**. In: *Revista Eletrônica PUC-RS*. Volume 3, nº 2, 2010
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980
- FREIRE, P; FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 [1985]. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/15.-Por-uma-Pedagogia-da-Pergunta.pdf>
- GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações com a pessoa ambiente. In Tassara, E. T., RABINOVICH, E. P; GUEDES, M.C., **Psicologia e ambiente**. São Paulo: Educ, 2004.

- HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.
- HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 4ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992. (Trad. Carlos Nelson Coutinho)
- KENDALL, K.E, KENDALL, J.E. *Systems Analysis and Design*. Cndem. New Jersey, Prentice Hall. 2010.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: Editions Bernard Grasset, 1947.
- LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, Cultrix, 2019. Resenha de: NASCIMENTO, Ana Maria Lúcia do. A origem do patriarcado. *Revista Historiar*, v.13, n.25, p.329-334, jul./dez. 2021.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico 2002/2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004
- LEFEBVRE, H. **La Producción del Espacio**. Prólogo Ion Martinez Lorea. Tradução Emílio Martinez Gutierrez. Madrid: Capitán Swing Livros, 2011. [1. ed. 1974]
- LEFEBVRE, H. **A Vida Quotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991. (Trad. Alcides João de Barros)
- MARTÍN-BARÓ, I. *Hacia una psicología de la liberación*. **Boletín de Psicología** de El Salvador, 5(22),219-231, 1986.
- MCMILLAN, D.W; CHAVIS, D.M. *Sense of community: A definition and theory*. **Journal of Community Psychology**, 14, 6-23, 1986.
- MONTERO, M. **La Psicología Social Comunitaria: Una Perspectiva Crítica**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 2004.
- OSTROM E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. **Cambridge** University Press. 1990, 280p.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. Acesso em: 29 jan. 2023. , 1996
- SIMÕES, J; MACEDO, M; BABO, P. **Elinor Ostrom: “Governar os comuns”**. *Economia e Política do Ambiente*, p. 1-15, 2011. Disponível em:

<https://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto à humanidade. Campos, R. H. De F. (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes. Sawaia, B. B, 1996.

SIMON, I; VIEIRA, M. S. **O rossio não é rival**. Revista USP, (86), 66-77, 2010.

VIEIRA, R. **O gênero e a gestão da água no semiárido da Paraíba: o caso da Comunidade de Lajedo de Timbaúba – Soledade/PB. 2010**. Dissertação (Mestrado) – UFPB, Paraíba, 2010.

WESTPHALEN, APC; CORÇÃO, G.; BENETTI, A.D. **Uso de carvão ativado biológico para tratamento de água potável**. Sanit. Ambiente. 2016, 21 (3) 425 – 436.

ANEXOS

ANEXO I – ROTEIRO PARA GRAVAÇÃO DE VÍDEOS NAS COMUNIDADES DE VILA PINDARÉ E ARRAIAL NO INTERIOR DO MARANHÃO

Objetivo: capturar a realidade local pelo olhar dos moradores dos do povoado de Arraial que são orientados por meio de conversas direcionadas aos grandes temas interessantes para o entendimento do cotidiano e a relação comunitária.

Duração: até 15 minutos por sujeito da pesquisa

Nesta gravação, recomenda-se que estejam presentes os seguintes elementos:

- Uma visão panorâmica para que seja possível ter uma imagem que retrata como é a comunidade na maioria de seus trechos;
- Apresentar como as comunidades acessam a água e como armazenam para o consumo doméstico.
- Como descartam seus lixos e fazem a gestão de resíduos sólidos (como são os banheiros
- Escolas, Postos de Saúde apresenta os equipamentos sociais utilizados pelos moradores, caso haja;
- Espaços de convivência: igreja, associações, ou qualquer espaço que a população utilize para o convívio coletivo;

Ferramentas: Câmera de Celular

Questões Direcionadoras:

- Acesso a água;
- Espaços de convivência;
- União da comunidade
- Os motivos para morar em Arraial;
- Tempo de moradia;
- A associação de moradores

ANEXO 2: AUDIOVISUAL COM AS NARRATIVAS DOS MORADORES DO POVOADO DE ARRAIAL : <https://youtu.be/7GWg9jBdAag?si=ufLq0KF8jufL3bJ2> produzido em julho de 2022 no povoado.

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GESTÃO COMUNITÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ DA ÁGUA EM COMUNIDADES NO INTERIOR DO MARANHÃO

Pesquisador: GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55901322.8.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.286.608

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa aborda a gestão comunitária da água em territórios vulneráveis a partir do campo da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. O Direito à Água limpa e segura é um direito humano reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A falta de água desencadeia uma série de desafios que impactam a vida, e está ligado diretamente à pobreza. Isso porque, os fatores que desencadeiam a escassez da água estão, muitas vezes, relacionados às dinâmicas de vulnerabilidade e precarização do território, operadas pela relação entre Estado e instituições privadas com interesses capitalistas, sujeitando compulsoriamente estas comunidades a vivências degradantes que rompe com a garantia de direitos sociais e a cidadania. No entanto, coloca-se como hipótese que na vida cotidiana, as populações de territórios vulneráveis criam e exploram diferentes estratégias para o enfrentamento da escassez de água que escapam aos protocolos governamentais (ou a ausência deles) e de organizações destinadas a esta problemática. Trata-se, portanto, de soluções orgânicas que surgem das vivências cotidianas na qual as comunidades se ocupam e que ganham maior ou menor efetividade a depender dos modos como seus vínculos e sentidos de comunidade são constituídos. Neste sentido, este projeto de pesquisa tem como objetivo compreender os modos de organização e estratégias locais para o enfrentamento da escassez da água em dois povoados rurais no interior do Maranhão. Para tanto, propõe-se um estudo qualitativo de natureza participativa, na qual empregará oficinas de

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.286.608

atividades como procedimento para a produção de dados e a abordagem de análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Esta pesquisa, ancora-se no campo da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, bem como em aspectos teóricos e metodológicos da Educação Popular, Tecnologia Social, Capital Social e dos Estudos da Ocupação Humana, que se apresentam como possíveis ferramentas teórico-metodológicas para apreender o fenômeno da gestão comunitária para o combate à falta de água em territórios vulneráveis

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os modos de organização e estratégias locais para o enfrentamento da escassez da água em dois povoados rurais no interior do Maranhão.

Objetivo Secundário:

Caracterizar o perfil das comunidades participantes da pesquisa a partir das vivências cotidianas de ocupação do território por seus moradores. Identificar a relação que os dois povoados rurais estabelecem com a água em suas realidades locais e os principais problemas socioambientais relacionados. Identificar as estratégias de gestão comunitária da água na realidade local dos dois povoados rurais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação de riscos e benefícios apresentada no projeto está adequada.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto se propõe a entrevistar moradores de comunidades no Maranhão para compreender melhor as formas em que essas populações lidam com a escassez hídrica em suas vidas cotidianas. Considerando que se trata de um projeto que envolve entrevistas e conversas com esses participantes, considero que a pesquisadora dá a devida atenção aos aspectos éticos da condução da pesquisa, principalmente quanto ao bem-estar dos sujeitos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O RCLE apresentado está adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 5.286.608

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|-----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1886596.pdf | 01/02/2022 22:03:14 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Brochura_rev01.pdf | 01/02/2022 22:02:23 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |
| Declaração de concordância | 2_CartadeConcordanciadoDiretor_com_assinatura_Gabiassinado.pdf | 01/02/2022 20:50:50 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |
| Outros | anexo1.pdf | 30/01/2022 11:18:00 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |
| Outros | anexo_2.pdf | 30/01/2022 11:14:00 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE.pdf | 30/01/2022 11:01:21 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |
| Folha de Rosto | PB_Gabriela_Ataide.pdf | 30/01/2022 10:37:14 | GABRIELA ATAIDE DE OLIVEIRA | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

OBS 1: Não há um modelo pré-definido do RCLE previsto na legislação. Desta forma, não há a obrigatoriedade do pesquisador adotar este modelo (e sua formatação) fornecido pelo CEP-CFCH. Este documento tem o objetivo apenas de facilitar o trabalho do pesquisador, já contendo todas as informações básicas previstas nas Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde.

OBS 2: As partes marcadas em amarelo são observações e esclarecimentos sobre as informações que deverão estar presentes, nas quais o pesquisador deverá se atentar ao elaborar seu texto.

OBS 3: As partes sem marcação são sugestões de texto, o qual o pesquisador pode ou não adotar na forma apresentada neste modelo. No entanto, o pesquisador deve se atentar que as informações ali inseridas estão previstas nas Resoluções, e que, portanto, continuam tendo sua necessidade de inclusão.

OBS 4: No caso de pesquisa envolvendo menores de idade ou tutelados, deverão ser feitos dois documentos: um Registro de Consentimento destinado aos pais/responsáveis (cujas informações abaixo irão se referir aos menores/tutelados) e um Registro de Assentimento, destinado aos menores/tutelados (cujo teor é o mesmo deste documento, mas com uma linguagem mais adequada para o público alvo).

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Page 1 / 4 — 🔍 +

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: A gestão comunitária para enfrentamento da escassez da água em comunidades do interior do Maranhão

2) Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

O projeto consiste em compreender o modo de organização local e as estratégias (ou formas) que foram encontradas para contornar a falta de água .

Page 1 / 4 — 🔍 +

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa entender a gestão comunitária da água. O estudo investiga as dificuldades e alternativas encontradas para amenizar a escassez e como se formaram uma governança local pensando na melhor qualidade de vida. Entre outras atividades pretendemos descrever a importância do conhecimento popular e as tecnologias sociais

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Lembre-se que a participação é voluntária, mas você foi escolhido por ser um morador da comunidade de estudo e poder contribuir falando um pouco de suas vivências. Também pela sua facilidade de acesso a internet e utilização de recursos eletrônicos como celular e computador.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto de estudo sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você participará de uma roda de conversa virtual com outras pessoas da comunidade, que provavelmente faz parte de seu convívio social. Nesta roda falarão um pouco sobre rotina, dificuldades acesso a água, lazer, saúde, e sobre seus sentimentos sobre o território.

Será solicitado também a gravação de um vídeo, curto, simples, apresentando a comunidade. Não é necessária sua imagem no vídeo, mas sim dos espaços.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Deverá ceder no total 1 hora (no máximo) para uma roda de conversa e até 10 minutos para gravação de um vídeo sobre sua comunidade.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O participante usará seu pacote de dados de internet, caso a internet da comunidade não esteja operante.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Esta pesquisa pode gerar riscos, mesmo que mínimos, aos participantes, como emoções manifestas, constrangimentos, invasão de privacidade, sentimento real de riscos decorrentes da pandemia de Covid-19 e Influenza e sentimentos negativos diversos ao relatarem suas formas de ocupação territorial e gestão da água que podem estar relacionadas a conflitos de interesse.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Resgate do histórico de ocupação territorial a partir da memória coletiva e a reflexão sobre a gestão da comunidade para enfrentamento da escassez.

Além disso, contribui para construção de dados de concretos sobre a importância de implementação de políticas públicas que apoiem o modelo de organização comunitárias em meio rural que sejam adequadas a realidade, mas que possuem qualidade.

12) O que acontece quando o estudo termina?

O estudo será disponibilizado para os participantes que receberão uma cópia via e-mail ou por correio da Associação de Moradores da comunidade.

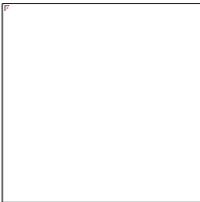
13) E se algo der errado?

Caso algum participante não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira não participar das oficinas de atividades para a produção dos vídeos, o mesmo poderá se retirar do local (virtual) imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejar.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Esta pesquisa segue a Resolução 510/2016 que entende que estudos deste caráter exige respeito pleno dos direitos dos participantes, devendo sempre prever e evitar possíveis danos ou qualquer desconforto. Sendo assim ressalto o Artigo 9º desta resolução que destaca, entre outros pontos, a garantia de confidencialidade das informações pessoais; e a divulgação de identidade é decisão do participante.

Ademais, o artigo 17º reforça que a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes, seja pessoa ou grupo, seja qual for a etapa. Reforçando mais uma vez que o sigilo só é quebrado se houver manifestação explícita da vontade.



2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: José Raimundo Chaciel

Assinatura do participante: José Raimundo Chaciel

Data: 07/07/2022

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

OBS 1: Não há um modelo pré-definido do RCLE previsto na legislação. Desta forma, não há a obrigatoriedade do pesquisador adotar este modelo (e sua formatação) fornecido pelo CEP-CFCH. Este documento tem o objetivo apenas de facilitar o trabalho do pesquisador, já contendo todas as informações básicas previstas nas Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde.

OBS 2: As partes marcadas em amarelo são observações e esclarecimentos sobre as informações que deverão estar presentes, nas quais o pesquisador deverá se atentar ao elaborar seu texto.

OBS 3: As partes sem marcação são sugestões de texto, o qual o pesquisador pode ou não adotar na forma apresentada neste modelo. No entanto, o pesquisador deve se atentar que as informações ali inseridas estão previstas nas Resoluções, e que, portanto, continuam tendo sua necessidade de inclusão.

OBS 4: No caso de pesquisa envolvendo menores de idade ou tutelados, deverão ser feitos dois documentos: um Registro de Consentimento destinado aos pais/responsáveis (cujas informações abaixo irão se referir aos menores/tutelados) e um Registro de Assentimento, destinado aos menores/tutelados (cujo teor é o mesmo deste documento, mas com uma linguagem mais adequada para o público alvo).

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Page 1 / 4 — 🔍 +

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: A gestão comunitária para enfrentamento da escassez da água em comunidades do interior do Maranhão

2) Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

O projeto consiste em compreender o modo de organização local e as estratégias (ou formas) que foram encontradas para contornar a falta de água .

Page 1 / 4 — 🔍 +

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa entender a gestão comunitária da água. O estudo investiga as dificuldades e alternativas encontradas para amenizar a escassez e como se formaram uma governança local pensando na melhor qualidade de vida. Entre outras atividades pretendemos descrever a importância do conhecimento popular e as tecnologias sociais

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Lembre-se que a participação é voluntária, mas você foi escolhido por ser um morador da comunidade de estudo e poder contribuir falando um pouco de suas vivências. Também pela sua facilidade de acesso a internet e utilização de recursos eletrônicos como celular e computador.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto de estudo sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você participará de uma roda de conversa virtual com outras pessoas da comunidade, que provavelmente faz parte de seu convívio social. Nesta roda falarão um pouco sobre rotina, dificuldades acesso a água, lazer, saúde, e sobre seus sentimentos sobre o território.

Será solicitado também a gravação de um vídeo, curto, simples, apresentando a comunidade. Não é necessária sua imagem no vídeo, mas sim dos espaços.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Deverá ceder no total 1 hora (no máximo) para uma roda de conversa e até 10 minutos para gravação de um vídeo sobre sua comunidade.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O participante usará seu pacote de dados de internet, caso a internet da comunidade não esteja operante.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Esta pesquisa pode gerar riscos, mesmo que mínimos, aos participantes, como emoções manifestas, constrangimentos, invasão de privacidade, sentimento real de riscos decorrentes da pandemia de Covid-19 e Influenza e sentimentos negativos diversos ao relatarem suas formas de ocupação territorial e gestão da água que podem estar relacionadas a conflitos de interesse.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Resgate do histórico de ocupação territorial a partir da memória coletiva e a reflexão sobre a gestão da comunidade para enfrentamento da escassez.

Além disso, contribui para construção de dados de concretos sobre a importância de implementação de políticas públicas que apoiem o modelo de organização comunitárias em meio rural que sejam adequadas a realidade, mas que possuem qualidade.

12) O que acontece quando o estudo termina?

O estudo será disponibilizado para os participantes que receberão uma cópia via e-mail ou por correio da Associação de Moradores da comunidade.

13) E se algo der errado?

Caso algum participante não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira não participar das oficinas de atividades para a produção dos vídeos, o mesmo poderá se retirar do local (virtual) imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejar.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Esta pesquisa segue a Resolução 510/2016 que entende que estudos deste caráter exige respeito pleno dos direitos dos participantes, devendo sempre prever e evitar possíveis danos ou qualquer desconforto. Sendo assim ressalto o Artigo 9º desta resolução que destaca, entre outros pontos, a garantia de confidencialidade das informações pessoais; e a divulgação de identidade é decisão do participante.

Ademais, o artigo 17º reforça que a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes, seja pessoa ou grupo, seja qual for a etapa. Reforçando mais uma vez que o sigilo só é quebrado se houver manifestação explícita da vontade.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: Magnus de Jesus Jardim

Assinatura do participante: X. Magnus de Jesus Jardim

Data: 07/07/2022

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

OBS 1: Não há um modelo pré-definido do RCLE previsto na legislação. Desta forma, não há a obrigatoriedade do pesquisador adotar este modelo (e sua formatação) fornecido pelo CEP-CFCH. Este documento tem o objetivo apenas de facilitar o trabalho do pesquisador, já contendo todas as informações básicas previstas nas Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde.

OBS 2: As partes marcadas em amarelo são observações e esclarecimentos sobre as informações que deverão estar presentes, nas quais o pesquisador deverá se atentar ao elaborar seu texto.

OBS 3: As partes sem marcação são sugestões de texto, o qual o pesquisador pode ou não adotar na forma apresentada neste modelo. No entanto, o pesquisador deve se atentar que as informações ali inseridas estão previstas nas Resoluções, e que, portanto, continuam tendo sua necessidade de inclusão.

OBS 4: No caso de pesquisa envolvendo menores de idade ou tutelados, deverão ser feitos dois documentos: um Registro de Consentimento destinado aos pais/responsáveis (cujas informações abaixo irão se referir aos menores/tutelados) e um Registro de Assentimento, destinado aos menores/tutelados (cujo teor é o mesmo deste documento, mas com uma linguagem mais adequada para o público alvo).

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Page 1 / 4 — 🔍 +

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: A gestão comunitária para enfrentamento da escassez da água em comunidades do interior do Maranhão

2) Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

O projeto consiste em compreender o modo de organização local e as estratégias (ou formas) que foram encontradas para contornar a falta de água .

Page 1 / 4 — 🔍 +

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa entender a gestão comunitária da água. O estudo investiga as dificuldades e alternativas encontradas para amenizar a escassez e como se formaram uma governança local pensando na melhor qualidade de vida. Entre outras atividades pretendemos descrever a importância do conhecimento popular e as tecnologias sociais

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Lembre-se que a participação é voluntária, mas você foi escolhido por ser um morador da comunidade de estudo e poder contribuir falando um pouco de suas vivências. Também pela sua facilidade de acesso a internet e utilização de recursos eletrônicos como celular e computador.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto de estudo sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você participará de uma roda de conversa virtual com outras pessoas da comunidade, que provavelmente faz parte de seu convívio social. Nesta roda falarão um pouco sobre rotina, dificuldades acesso a água, lazer, saúde, e sobre seus sentimentos sobre o território.

Será solicitado também a gravação de um vídeo, curto, simples, apresentando a comunidade. Não é necessária sua imagem no vídeo, mas sim dos espaços.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Deverá ceder no total 1 hora (no máximo) para uma roda de conversa e até 10 minutos para gravação de um vídeo sobre sua comunidade.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O participante usará seu pacote de dados de internet, caso a internet da comunidade não esteja operante.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Esta pesquisa pode gerar riscos, mesmo que mínimos, aos participantes, como emoções manifestas, constrangimentos, invasão de privacidade, sentimento real de riscos decorrentes da pandemia de Covid-19 e Influenza e sentimentos negativos diversos ao relatarem suas formas de ocupação territorial e gestão da água que podem estar relacionadas a conflitos de interesse.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Resgate do histórico de ocupação territorial a partir da memória coletiva e a reflexão sobre a gestão da comunidade para enfrentamento da escassez.

Além disso, contribui para construção de dados de concretos sobre a importância de implementação de políticas públicas que apoiem o modelo de organização comunitárias em meio rural que sejam adequadas a realidade, mas que possuem qualidade.

12) O que acontece quando o estudo termina?

O estudo será disponibilizado para os participantes que receberão uma cópia via e-mail ou por correio da Associação de Moradores da comunidade.

13) E se algo der errado?

Caso algum participante não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira não participar das oficinas de atividades para a produção dos vídeos, o mesmo poderá se retirar do local (virtual) imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejar.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Esta pesquisa segue a Resolução 510/2016 que entende que estudos deste caráter exige respeito pleno dos direitos dos participantes, devendo sempre prever e evitar possíveis danos ou qualquer desconforto. Sendo assim ressalto o Artigo 9º desta resolução que destaca, entre outros pontos, a garantia de confidencialidade das informações pessoais; e a divulgação de identidade é decisão do participante.

Ademais, o artigo 17º reforça que a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes, seja pessoa ou grupo, seja qual for a etapa. Reforçando mais uma vez que o sigilo só é quebrado se houver manifestação explícita da vontade.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: Sandra dos Reis dos Santos Dias

Assinatura do participante: Sandra dos Reis dos Santos Dias

Data: 07/07/2022

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

OBS 1: Não há um modelo pré-definido do RCLE previsto na legislação. Desta forma, não há a obrigatoriedade do pesquisador adotar este modelo (e sua formatação) fornecido pelo CEP-CFCH. Este documento tem o objetivo apenas de facilitar o trabalho do pesquisador, já contendo todas as informações básicas previstas nas Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde.

OBS 2: As partes marcadas em amarelo são observações e esclarecimentos sobre as informações que deverão estar presentes, nas quais o pesquisador deverá se atentar ao elaborar seu texto.

OBS 3: As partes sem marcação são sugestões de texto, o qual o pesquisador pode ou não adotar na forma apresentada neste modelo. No entanto, o pesquisador deve se atentar que as informações ali inseridas estão previstas nas Resoluções, e que, portanto, continuam tendo sua necessidade de inclusão.

OBS 4: No caso de pesquisa envolvendo menores de idade ou tutelados, deverão ser feitos dois documentos: um Registro de Consentimento destinado aos pais/responsáveis (cujas informações abaixo irão se referir aos menores/tutelados) e um Registro de Assentimento, destinado aos menores/tutelados (cujo teor é o mesmo deste documento, mas com uma linguagem mais adequada para o público alvo).

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Page 1 / 4 — 🔍 +

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: A gestão comunitária para enfrentamento da escassez da água em comunidades do interior do Maranhão

2) Convite

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto?

O projeto consiste em compreender o modo de organização local e as estratégias (ou formas) que foram encontradas para contornar a falta de água .

Page 1 / 4 — 🔍 +

4) Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa entender a gestão comunitária da água. O estudo investiga as dificuldades e alternativas encontradas para amenizar a escassez e como se formaram uma governança local pensando na melhor qualidade de vida. Entre outras atividades pretendemos descrever a importância do conhecimento popular e as tecnologias sociais

5) Por que eu fui escolhido(a)?

Lembre-se que a participação é voluntária, mas você foi escolhido por ser um morador da comunidade de estudo e poder contribuir falando um pouco de suas vivências. Também pela sua facilidade de acesso a internet e utilização de recursos eletrônicos como celular e computador.

6) Eu tenho que participar?

Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar do projeto de estudo sobre como é a organização local para enfrentar as dificuldades de acesso a água em sua comunidade. Você deverá assinar este Registro e receberá uma via assinada pelo pesquisador, a qual você deverá guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você participará de uma roda de conversa virtual com outras pessoas da comunidade, que provavelmente faz parte de seu convívio social. Nesta roda falarão um pouco sobre rotina, dificuldades acesso a água, lazer, saúde, e sobre seus sentimentos sobre o território.

Será solicitado também a gravação de um vídeo, curto, simples, apresentando a comunidade. Não é necessária sua imagem no vídeo, mas sim dos espaços.

8) O que é exigido de mim nesse estudo além da prática de rotina?

Deverá ceder no total 1 hora (no máximo) para uma roda de conversa e até 10 minutos para gravação de um vídeo sobre sua comunidade.

9) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa?

O participante usará seu pacote de dados de internet, caso a internet da comunidade não esteja operante.

10) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo?

Esta pesquisa pode gerar riscos, mesmo que mínimos, aos participantes, como emoções manifestas, constrangimentos, invasão de privacidade, sentimento real de riscos decorrentes da pandemia de Covid-19 e Influenza e sentimentos negativos diversos ao relatarem suas formas de ocupação territorial e gestão da água que podem estar relacionadas a conflitos de interesse.

11) Quais são os possíveis benefícios de participar?

Resgate do histórico de ocupação territorial a partir da memória coletiva e a reflexão sobre a gestão da comunidade para enfrentamento da escassez.

Além disso, contribui para construção de dados de concretos sobre a importância de implementação de políticas públicas que apoiem o modelo de organização comunitárias em meio rural que sejam adequadas a realidade, mas que possuem qualidade.

12) O que acontece quando o estudo termina?

O estudo será disponibilizado para os participantes que receberão uma cópia via e-mail ou por correio da Associação de Moradores da comunidade.

13) E se algo der errado?

Caso algum participante não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira não participar das oficinas de atividades para a produção dos vídeos, o mesmo poderá se retirar do local (virtual) imediatamente, podendo também retornar a qualquer momento, se assim desejar.

14) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Esta pesquisa segue a Resolução 510/2016 que entende que estudos deste caráter exige respeito pleno dos direitos dos participantes, devendo sempre prever e evitar possíveis danos ou qualquer desconforto. Sendo assim ressalto o Artigo 9º desta resolução que destaca, entre outros pontos, a garantia de confidencialidade das informações pessoais; e a divulgação de identidade é decisão do participante.

Ademais, o artigo 17º reforça que a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes, seja pessoa ou grupo, seja qual for a etapa. Reforçando mais uma vez que o sigilo só é quebrado se houver manifestação explícita da vontade.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante: Aldemir do Bom Ponto G. Fernandes

Assinatura do participante: Aldemir do Bom Ponto G. Fernandes

Data: 07 / 07 / 2022

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.